

Julho 2021

MESTRADO EM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

---

# Educar para a Cidadania - conhecer a Constituição Portuguesa no 1.º ciclo do Ensino Básico

---

RELATÓRIO DE ESTÁGIO APRESENTADO À  
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PAULA FRASSINETTI  
PARA A OBTENÇÃO DE  
GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

**DE**

Ana Sofia Esteves da Cunha

**ORIENTAÇÃO**

Doutora Isilda Maria dos Santos Braga da Costa Monteiro



PAULA  
FRASSINETTI



**Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti**

Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1ºCiclo do Ensino Básico

# **Educar para a Cidadania – conhecer a Constituição Portuguesa no 1º ciclo do Ensino Básico**

Mestranda: Ana Sofia Esteves da Cunha

Orientadora: Doutora Isilda Maria dos Santos Braga da Costa Monteiro

Porto

2021



PAULA **FRASSINETTI**  
Escola Superior de Educação

**Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti**

Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1ºCiclo do Ensino Básico

# **Educar para a Cidadania – conhecer a Constituição Portuguesa no 1º ciclo do Ensino Básico**

Relatório de Estágio apresentado à Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti para a obtenção de grau de Mestre em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

Mestranda: Ana Sofia Esteves da Cunha

Orientadora: Doutora Isilda Maria dos Santos Braga da Costa Monteiro

Porto

2021

*Na convivência, o tempo não importa.  
Se for um minuto, uma hora, uma vida.  
O que importa é o que ficou deste minuto,  
desta hora, desta vida...  
Lembra que o que importa  
é tudo que semeares colherás.  
Por isso, marca a tua passagem,  
deixa algo de ti, ...  
do teu minuto,  
da tua hora,  
do teu dia,  
da tua vida.*

Mário Quintana

## Agradecimentos

Na hora de agradecer, quero lembrar todos aqueles que me acompanharam ao longo destes cinco anos. Neste momento, um ciclo importante na minha vida termina, restam boas memórias, aventuras, superações e aprendizagens. A todos que me apoiaram: esta conquista é nossa!

À minha orientadora, Doutora Isilda Monteiro, agradeço toda a exigência e estímulo constante. O rigor e as críticas construtivas foram muito importantes, não só para alargar os meus horizontes, como para a minha aprendizagem. Obrigada pelo exemplo e toda a dedicação.

Aos meus supervisores de estágio que me ajudaram a melhorar e a tornar-me numa estudante e profissional mais segura e interessada, em especial à Doutora Daniela Gonçalves. Aprendi imenso consigo.

À minha base, que fez de mim a mulher que sou. Obrigada pai e mãe, por me proporcionarem a oportunidade de atingir um sonho, ser professora. Agradeço o apoio e por acreditarem nas minhas capacidades. Obrigada ao meu irmão, Gonçalo, toda paciência e carinho constantes. São os meus pilares, espero que tenham orgulho em mim. Amo-vos! Obrigada, também ao meu padrinho, pelo apoio ao longo destes anos.

Às amigas que ficam para sempre, juntas formamos o Unbreakable Squad. Companheirismo, entreajuda, diversão e carinho são algumas das palavras que definem a nossa amizade! Obrigada: Ana (M.L), Carla, Godinho e Mariana. Tenho muito orgulho em todas vocês e nesta relação bonita que construímos.

Agradeço também, às amigas que acompanharam todo o meu esforço e dedicação de longe, mas tão perto: Bárbara, Maria e Maryana. Desculpem todos os jantares ou convívios que não estive presente. Obrigada pela compreensão, atenção e amizade. Ainda bem que a nossa amizade perdura!

Ao meu “abrigo quando está chuva”, Luís, obrigada pela amizade, conselhos, por desconstruíres os meus medos tão bem e teres essa alma leve que me apaixona todos os dias. Nestes dois anos atribulados, apoiamo-nos tanto e tu foste crucial.

A todas as crianças que acompanhei, ficarão para sempre no meu coração.

Por fim e não menos importante, dedico e agradeço à minha estrela que me está sempre a proteger. Querida avó Maria apesar de não assistires espero que fiques feliz...

Profundamente, obrigada a todos!

# ÍNDICE

<b>Resumo</b> .....	<b>6</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>7</b>
<b>Lista de Acrónimos e Siglas</b> .....	<b>8</b>
<b>Índices de Gráficos, Figuras, Tabelas e Imagens</b> .....	<b>9</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Parte I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	<b>4</b>
1. A Educação para a Cidadania no 1º Ciclo do Ensino Básico.....	4
2. A Política e as crianças .....	12
<b>Parte II – METODOLOGIA E INVESTIGAÇÃO</b> .....	<b>18</b>
1. Metodologia.....	18
2. Técnicas e instrumentos de recolha de dados .....	21
<b>Parte III – INTERVENÇÃO – Planificação e Operacionalização</b> .....	<b>23</b>
1. Contexto e participantes.....	23
2. Planificação do Projeto.....	24
<b>Parte IV – ANÁLISE – Apresentação e análise dos dados da investigação</b> .....	<b>41</b>
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>50</b>
<b>Referências bibliográficas</b> .....	<b>53</b>
<b>Apêndices</b> .....	<b>59</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>70</b>

## Resumo

O projeto que desenvolvemos no estágio, cujo relatório agora apresentámos, centra-se na Educação para a Cidadania e teve como objetivo perceber a forma como a Política pode ser abordada em contexto de 1º Ciclo do Ensino Básico. Trata-se de uma questão habitualmente não considerada pelos professores nas salas de aula desse nível de ensino. Contudo, a importância da sua abordagem junto dos mais novos é reconhecida por vários autores. Com recurso a diferentes estratégias, foi possibilitado o primeiro contacto de um grupo do 3º ano com o texto constitucional português, devidamente adaptado ao seu grupo etário.

Na investigação utilizámos metodologias qualitativas, quantitativas e de investigação-ação. Para isso recorremos a uma análise documental, dinamizámos atividades, observámos (através de notas de campo e da observação direta), criámos dois inquéritos por questionário individuais e fizemos fotografias.

Concluimos com este estudo que a democracia começa e deve ser estimulada a partir da escola com crianças mais novas. Aliando a esta temática estratégias diferenciadoras, os alunos demonstram interesse, curiosidade e grande capacidade de atenção e concentração. Todos os estudantes envolvidos, gostaram de participar neste projeto, compreenderam o que é a Constituição da República Portuguesa, a sua importância e explicaram a relevância de cada dever e direito apresentado. A grande maioria considerou importante abordar estes temas em contexto escolar. Foi possível, ainda, verificar que o trabalho cooperativo na sala de aula deve ser promovido, porque permite às crianças interagir e discutir diferentes pontos de vista. Cabe assim, aos professores esta importante responsabilidade de tornar a sala de aula num espaço de partilha, de troca de ideias e de promoção da Cidadania ativa.

**Palavras-Chave:** Política; Cidadania; 1º CEB; Participação em sala de aula.

## **Abstract**

The project we developed during the internship, whose report we have now presented, focuses on Education for Citizenship, and aimed to understand how the Policy can be approached in the context of the 1st Cycle of Basic Education. This is an issue usually not considered by teachers in classrooms of this level of education. However, the importance of his approach to the youngest is recognized by several authors. Using different strategies, the first contact of a 3rd year group with the Portuguese constitutional text was made possible, duly adapted to their age group.

In the investigation we used qualitative, quantitative, and action-research methodologies. For this we resorted to a documental analysis, streamlined activities, observed (through field notes and direct observation), created two surveys by individual questionnaire and took photographs.

We conclude with this study that democracy begins and must be stimulated from school with younger children. Combining this theme with differentiating strategies, students demonstrate interest, curiosity and a great capacity for attention and concentration. All students involved, enjoyed participating in this project, understood what the Constitution of the Portuguese Republic is, its importance and explained the relevance of each duty and right presented. The vast majority considered it important to address these issues in a school context. It was also possible to verify that cooperative work in the classroom should be promoted, as it allows children to interact and discuss different points of view. Thus, teachers have this important responsibility to turn the classroom into a space for sharing, exchanging ideas and promoting active citizenship.

**Keywords:** Politics; Citizenship; 1st CEB; Classroom participation.



## **Lista de Acrónimos e Siglas**

**1ºCEB** – 1º Ciclo do Ensino Básico

**LBSE** – Lei de Bases do Sistema Educativo

**ME** – Ministério da Educação

**CDC** – Convenção sobre os Direitos da Criança

**IA** – Investigação- ação

## **Índices de Gráficos, Figuras, Tabelas e Imagens**

### **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 – Habilitações dos pais

Gráfico 2 – Gosto em participar no Projeto

Gráfico 3 – Interesse neste Projeto e em voltar a participar

Gráfico 4 – Gosto em trabalhar em grupo

Gráfico 5 – Opinião dos alunos sobre o facto da escola trabalhar questões políticas

### **Índice de Figuras**

Figura 1 – Esquema explicativo do processo da investigação-ação, segundo Kemmis, 1989

### **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Planificação do Projeto

Tabela 2 – Planificação da 1ª sessão

Tabela 3 – Planificação da 2ª sessão

Tabela 4 – Planificação da 3ª sessão

Tabela 5 – Planificação da 4ª sessão

Tabela 6 – Planificação da 5ª sessão

Tabela 7 – Planificação dos instrumentos de avaliação a utilizar

### **Índice de Imagens**

Imagem 1 – Visualização do primeiro vídeo pelos alunos

Imagem 2 e 3 – A representação dos alunos do 25 de Abril de 1974

Imagem 4 – Escuta da canção “Grândola Vila Morena”, de Zeca Afonso

Imagem 5 – Construção do esquema-síntese

Imagem 6 – A redação do *e-mail* com a participação de todos os alunos

Imagem 7,8 e 9 – Trabalho em grupo

Imagem 10, 11,12 e 13 – Construção do mural

## Introdução

O presente relatório de investigação foi realizado no âmbito do Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico (1ºCEB).

Este trabalho investigativo, centrado na Educação para a Cidadania, tem como principal propósito perceber de que forma e com que resultados se pode dar a conhecer o texto constitucional português a um grupo do 3º ano do 1º CEB.

Quando se olha com grande preocupação para o crescimento de movimentos populistas um pouco por todo o mundo, num claro aproveitamento das fragilidades da Democracia e da reduzida literacia da população sobre as questões políticas que contribuem para a diminuição da participação política dos cidadãos, é importante (re)pensar no papel da escola, em instruir e capacitar os seus alunos para a discussão de ideias, para possíveis desinformações, garantindo assim o desenvolvimento por completo do espírito crítico, fazendo-lhes ver que a Política não é o assunto de alguns mas de todos.

A escolha deste tema advém do nosso profundo interesse por esta área, assim como pela da formação da Cidadania em idades precoces. Uma área complementar e essencial para a formação de gerações “integrada no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar (...) integrada nas políticas e práticas da escola democrática envolvendo toda a comunidade escolar” (Estratégia Nacional para a Educação para a Cidadania, 2017, p.6).

Aristóteles defende que “o homem é um animal político” pois tudo na nossa vida é política: as decisões, as liberdades, as causas em que acreditamos e discordamos, tudo o que contribui para a nossa sobrevivência. O legado que vivemos atualmente, o regime democrático, está cada vez mais desacreditado pela sociedade e é muitas vezes ignorado pelas novas gerações. José Gil afirma que “o salazarismo foi uma doença que pôs de rastos o povo português” deste modo, é importante lembrar que há menos de cinquenta anos a realidade era outra. Vidas foram sacrificadas, liberdades suprimidas, uso excessivo de violência e censura proporcionou diferentes maneiras de viver, pensar, agir, conviver e relacionar-se daquelas que conhecemos. Além disso, um dos aspetos que justificou a escolha da questão em torno da qual realizámos esta investigação foi a constatação que à saída da escolaridade obrigatória os alunos pouco ou nada são

preparados para exercer, enquanto cidadãos, o direito de voto de forma consciente, organizada e informada, engrossando o número das abstenções.

Este tema contém objetivos bem definidos como o de dar a conhecer às crianças os direitos e os deveres que possuem numa sociedade democrática do século XXI. Ao trabalhar os artigos descritos na Constituição durante as sessões, o grupo tomou contacto com documentos fundamentais relativos aos direitos humanos, à segurança internacional e à paz, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos da Criança. A importância de saber colocar questões pertinentes, levantar hipóteses, fazer inferências, comprovar resultados e saber comunicá-los foi consciencializada pelos alunos através da participação nas sessões e do trabalho realizado em grupo. A discussão de ideias foi promovida, desenvolvendo-se assim a capacidade de argumentação. Por último, (re)conhecer alguns símbolos nacionais ou factos históricos como é o caso da bandeira/hino nacionais e a Revolução do 25 de abril de 1974.

Segundo o documento, *Perfil do aluno à saída da Escolaridade Obrigatória*, uma das áreas de competência considerada importante é a de: Pensamento Crítico e Pensamento. Nestas áreas várias são as atitudes, conhecimentos e capacidades trabalhadas, entre elas o “pensar de modo abrangente e em profundidade, de forma lógica, observando, analisando informação, experiências ou ideias, argumentando com recurso a critérios implícitos ou explícitos” (2017, p.24).

Concretizando os objetivos que nos propusemos atingir, implicou encontrar as melhores estratégias para trabalhar em sala de aula este tema de maneira interativa, motivadora e estimulante.

Ao longo desta investigação foram vividos alguns constrangimentos, que dificultaram este processo. Destacamos os três mais complicados. O primeiro foi a pandemia desencadeada pelo vírus SARS-COV-2 que alterou drasticamente as formas de estar e agir, nomeadamente na escola. O confinamento geral verificado no início do ano 2021, atrasou muito a implementação do nosso projeto, uma vez que essa seria a altura ideal para o fazer. Além da pandemia, outro entrave deveu-se ao facto do grupo de alunos com quem trabalhamos neste estudo, não ser o mesmo que trabalhamos na nossa prática de ensino supervisionada em 1ºCEB. Visto que no início do ano letivo não foi possível ficarmos nem com turmas do 3º ano nem do 4º ano, apenas uma vaga para o 1º ano. Este impedimento tornou-se muito difícil, pois não havia relações preestabelecidas, nem conhecimento profundo dos interesses e gostos dos

participantes, nem das suas características. Além disso, o momento escolhido para realizar as sessões não podia coincidir com o horário da prática supervisionada. O terceiro e último constrangimento foi o de não existir pouca bibliografia recente e disponível sobre a relação política-crianças a partir da experiência portuguesa. Se, por um lado, essa situação nos permitiu confirmar que os professores do 1º CEB, em Portugal, não consideram a abordagem da Política em sala de aula, por outro, não nos possibilitou a contacto com outras experiências. Este trabalho apresenta-se assim, como um desafio para refletir e aprofundar.

Formalmente, relativamente á estrutura, este relatório está dividido em quatro partes. A primeira delas centra-se nas questões teóricas e divide-se em dois capítulos. O primeiro debruça-se sobre a Educação para a Cidadania no 1º CEB a partir dos normativos e documentos orientadores produzidos pelo Ministério da Educação No segundo capítulo centramo-nos na abordagem da Política com crianças. Na segunda parte, apresentamos a metodologia utilizada e as técnicas e os instrumentos usados para a recolha de dados. Na terceira parte – Experiência – apresentamos o contexto e os participantes do nosso estudo, bem como a planificação o projeto a implementar.

Na quarta parte, divulgamos os resultados desta investigação e a sua discussão. Interpretando assim os dados reunidos e a conseqüente ligação com a teoria recolhida. Já no fim, deparamo-nos com as considerações finais e propostas de estratégias a trabalhar na sala da aula. E por último a listagem de todos os documentos, livros, relatórios, artigos e legislação consultados e devidamente referenciados ao longo deste relatório (nas referências bibliográficas) como também os apêndices e anexos que facilitam a coerência e exemplificação do trabalho desenvolvido.

## Parte I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1. A Educação para a Cidadania no 1º Ciclo do Ensino Básico

A Lei de Bases do Sistema Educativo português, aprovada a 14 de outubro de 1986, define os princípios essenciais da organização e funcionamento do ensino em Portugal. Esta lei reitera princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa. Nela se expressa a importância de “contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do mundo“, e na enunciação que a educação deverá fomentar “o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva” (Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986). Por efeito desta lei, a maioria da legislação sobre educação em hoje em vigor foi publicada posteriormente a 1986.

Com a aprovação da *LBSE* consagra-se, também, a educação cívica como um importante domínio da educação que, até então, existia apenas ao nível do currículo encoberto. Ao longo dos anos, várias foram as melhorias no que concerne a este tema, até que a 18 de janeiro de 2001, com o Decreto-lei nº 6/2001, dá-se a reorganização curricular do Ensino Básico e define-se a Educação para a Cidadania como uma formação transversal. A partir desse momento, passou a haver uma nova organização curricular em todos os níveis do Ensino Básico. Assim a Formação Cívica, destina-se ao:

desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, ativos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e coletiva, na vida da turma, da escola e da comunidade (Decreto-lei nº 6/2001).

Segundo vários autores, o conceito Educação para a Cidadania é muito mais rico e abrangente, não se trata apenas na instrução de direitos e deveres aos alunos ou na resolução de conflitos, passa também “pela construção da «escola democrática» onde seja possível vivenciar situações de mútuo (re)conhecimento, valorização e

respeito, que assumam um caráter formativo e potencializador dessa formação nos vários contextos de vida dos indivíduos” (Leite & Rodrigues, 2001, p.24). Para Cruz (1998, p. 42) é um conceito polissêmico com uma identidade plurifacetada – cidadania, para o autor, é sinônimo de solidariedade social e qualidade de vida.

Segundo José Jorge Letria (2000) na Cidadania,

cabem a solidariedade com os outros, o respeito pelas suas diferenças, a cortesia na relação com eles, a que pode chamar apenas civilidade, a cooperação para ajudar a ultrapassar problemas e dificuldades, a defesa do ambiente, a higiene e a limpeza, a compreensão dos limites e da liberdade individual e a ideia de que vivermos em conjunto é uma forma de contrato... (p.68).

Em *Horizontes da Educação para a Cidadania na Educação Básica*, publicado pelo Ministério da Educação diz que:

uma parte importante da vida dos alunos na escola ocorre no seio de uma turma: esta constitui, por isso, uma micro-comunidade e exige uma regulação própria, possibilitando aprendizagens sociais importantes (...) ela poderá ser considerada como um grupo a partir do momento em que os seus membros se percebem a si mesmos como uma unidade, deixando de ser uma simples soma de elementos individuais (Figueiredo, 2002, p.63).

Desta forma o ambiente dentro de uma sala de aula e as relações que se estabelecem, são preponderantes para a regulação e atuação da educação para a Cidadania que:

atualmente, numa época em que a necessidade de aceitação da diferença entra nas prioridades das sociedades ocidentais (...) torna-se cada vez mais inevitável o reconhecimento da diversidade cultural presente nas nossas sociedades, torna-se também cada vez mais necessário desenvolver estratégias que promovam uma aceitação ativa do outro, através da interação e cooperação em torno de objetivos comuns, que conduzam a um mútuo enriquecimento (Leite & Rodrigues, 2001, p.23).

Na obra *A construção de uma escola cidadã: público e privado em Educação* diz-se que:

a escola é uma das estruturas sociais, que melhor habilitada está para poder contribuir para colmatar as lacunas existentes na educação das crianças em geral e, muito particularmente, ajudar a desenvolver os conhecimentos, atitudes e os comportamentos corretos na nossa sociedade fomentando uma verdadeira cidadania (Ferreira & Estevão, 2003, p.40).

No entanto, com o processo de modernização, as mudanças nas sociedades, a complexidade crescente do mundo laboral, familiar e cultural, exige-se uma educação multifacetada e inovadora, capaz de preparar os alunos para as adversidades e

adaptações sucessivas ao longo dos anos. De acordo com Letria (2000) “a Cidadania é precisamente um grande esforço coletivo no sentido de atenuar o que essas diferenças têm de negativo” (p.69). Na sociedade democrática portuguesa, a juventude se não adquirir uma aprendizagem de valores e princípios formais que assegurem um convívio apaziguador, acabam por perder a ligação aos referentes ideológicos comuns a todos (como os valores mencionados na Constituição). Desta forma, pode emergir uma separação e/ou afastamento relativamente aos valores sociopolíticos presentes na legislação. Letria (2000) afirma que a pior ameaça para a Cidadania, “é a indiferença dos cidadãos perante a vida pública, indiferença perante o conjunto de direitos e deveres que fazem deles cidadãos e a ideia perigosa de que a melhor maneira de se resolverem os problemas é cada um tratar de si” (p.67). Segundo José Vale Soares (2003)

a escola e na comunidade envolvente, os jovens precisam de aprender as competências de persuasão, de resolução de conflitos ou de tomada de decisão (...) deverão ter a possibilidade de exprimir as suas opiniões, sabendo que não vão ser ridicularizados pelo professor ou pelos colegas (p.11).

Nesse seguimento, os professores têm uma missão difícil, mas, simultaneamente, nobre e prazerosa, ou seja, contribuir para a formação de futuros cidadãos, que terão pela frente novos desafios e problemáticas. Para isso, o professor na Educação para a Cidadania, adota um papel de “mediador do conhecimento, o de orientador das aprendizagens e ainda o de facilitador do desenvolvimento de competências relacionais e pessoais” (Santos, 2005, p. 10). A partir do Decreto-Lei nº 6/2001 (de 18 de janeiro), os professores passaram a ser responsáveis oficialmente pela implementação e inclusão curricular da Cidadania, atribuindo-lhes assim a responsabilidade de planificar e desenvolver momentos e dinâmicas de aprendizagem cívica. Ora, esta abordagem obriga não só à formação contínua de docentes, como a, “que a formação inicial de docentes, da responsabilidade das Instituições do Ensino Superior, passe a incluir a componente de Educação para a Cidadania” (Ministério da Educação, 2017, p.13). Consta assim que no perfil do professor deve ser o seguinte:

- Saber identificar e ter respeito pelas diferenças culturais de alunos e da restante comunidade educativa;
- Criar situações de aprendizagem para os alunos desenvolverem pensamento crítico, trabalho colaborativo e resolução de problemas;
- Ter experiência de coordenação de equipas e capacidade organizativa;
- Potenciar situações de aprendizagem em articulação com a comunidade;
- Estabelecer e manter relações empáticas com discentes;



- Sentir-se motivado para desempenhar tarefas, sem imposição superior (Ministério da Educação, 2017, p.14)

Neste sentido os professores são os principais intermediários, em conjunto com a família, entre os alunos e a sociedade, assumindo um papel fundamental para a consciencialização nos mais novos das normas sociais, suscitar-lhes o espírito crítico e o conhecimento dos valores democráticos, igualdade de oportunidades, respeito pelos direitos e deveres.

Todavia, a cidadania em contexto escolar não é uma tarefa simples e linear, obriga ao reajuste das práticas pedagógicas e à contínua descoberta e procura de informação, e experiências no desenvolvimento de projetos da escola e da comunidade. No 1º ciclo, é discutida a gestão e planificação das aprendizagens relativas à Educação para a Cidadania em conselho de professores, sendo a operacionalização das temáticas a abordar da responsabilidade do professor titular da turma, trabalhado pedagogicamente de forma interdisciplinar, como consta na legislação.

Além disso, no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (2017) pode-se constatar que tanto os Princípios, como a Visão do aluno, os Valores e as Áreas de Competências estão, na maioria, interligadas e relacionadas com a Cidadania. Os Princípios lá mencionados “justificam e dão sentido a cada uma das ações relacionadas com a execução e a gestão do currículo na escola, em todas as áreas disciplinares (2017, p.9), sendo importante assim que haja uma *Base Humanista* (construção de uma sociedade justa e no bem comum), o *Saber* (todos os alunos serem capazes de compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo), *Inclusão* (todos têm direito ao acesso e à participação) e *Sustentabilidade* (formar alunos com consciência de sustentabilidade, um dos maiores desafios existenciais do mundo contemporâneo, através da mudança política). A Visão do Aluno pretende que este termine a escola com uma visão crítica do mundo, que seja autónomo e livre, tenha capacidade de comunicar, demonstrar respeito na sua intervenção social, rejeite discriminações e exclusões sociais e que seja um cidadão informado e capaz de lidar com as alterações no mundo. Já no que diz respeito aos Valores, espera-se que no final do ensino secundário os alunos: respeitem os outros e a si mesmos, ajam eticamente, sejam exigentes com o seu trabalho e perseverante nas dificuldades, procurem a constante formação e inovação, solidários para com o outro, tenham espírito crítico, capazes de refletir e demonstrar curiosidade, para além disso, ajam de acordo

com os princípios dos Direitos Humanos, resolver conflitos e negociar soluções, bem como, pensar na sustentabilidade ecológica .

Na *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* do Ministério da Educação (2017, p.5-9), encontram-se os pressupostos para trabalhar a Cidadania e o Desenvolvimento atualmente, em Portugal, pois a escola deve estar atenta aos problemas da sociedade, preparando as novas gerações para uma convivência plural e democrática. O respeito pela autonomia das escolas na definição de prioridades, a existência de um acervo de recursos educativos, ferramentas e estudos de investigação de suporte, a constatação de que a Cidadania não se aprende simplesmente por processos retóricos, por ensino transmissivo, mas por processos vivenciais, sublinha a ideia de que a Cidadania deve estar embutida na própria cultura de escola – assente numa lógica de participação e de corresponsabilização.

Nesta linha de pensamento, a Cidadania decorre de práticas sustentadas no tempo e não de meras intervenções pontuais, deve estar integrada no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e sua articulação com a comunidade com práticas educativas que promovem a inclusão. Ainda no mesmo documento é esperado que os alunos desenvolvam uma série de aprendizagens como: uma atitude cívica individual (identidade cidadã, autonomia individual, direitos humanos); um bom relacionamento interpessoal (comunicação, diálogo); e um relacionamento social e intercultural (democracia, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos). Na Educação Pré-escolar e no 1.º ciclo do Ensino Básico, estas questões pertencem ao 1º grupo da Cidadania e Desenvolvimento, porque se trata de áreas transversais e longitudinais, os temas abordados são os seguintes: Direitos Humanos, Igualdade de Género, Interculturalidade, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental e Saúde. A disciplina *de Cidadania e Desenvolvimento* integra o currículo nacional, Decreto-lei nº55/2018, de 6 de julho englobando as matrizes curriculares-base de todos os anos de escolaridade, do ensino básico e do ensino secundário. O programa visa a “contribuir para o incremento de atitudes e comportamentos, de diálogo e respeito pelos outros, alicerçados em modos de estar em sociedade que tenham como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social” (Ministério da Educação, 2018, p.6). No âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, cada estabelecimento de ensino pode e deve adaptar os conteúdos e práticas conforme o contexto onde estão inseridos.

A avaliação é qualitativa e da responsabilidade do/a docente titular de turma e decorrente da decisão acerca dos domínios a trabalhar e das competências a desenvolver ao longo do ano, definidos em sede de conselho de docentes, e enquadrado na Estratégica de Educação para a Cidadania na Escola.

Além disso, no *Referencial para a Dimensão Europeia da Educação*, elaborado pela DGE, a abordagem desta dimensão, é uma das temáticas previstas no documento *Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania*, assim busca “contribuir para o conhecimento e envolvimento dos alunos no projeto de construção europeia, incentivar a sua participação e promover uma identificação com os valores europeus” (2016, p.4). Os alunos dos vários ciclos de estudos compreenderão, desde o Pré-escolar até ao Ensino Secundário o que realmente compõe a Europa e a União Europeia, as suas instituições, património e os principais desafios contemporâneos que enfrenta na atualidade.

Atualmente, o Programa de Estudo do Meio do Ensino Básico 1ºCiclo congrega conteúdos de várias áreas científicas como a História, Geografia, Ciências Naturais, entre outras, pretendendo-se, assim, criar uma interligação entre a sociedade, no presente e no passado, e a natureza. O professor tem, desta forma, uma enorme responsabilidade na gestão do processo ensino/aprendizagem sobretudo na organização dos conteúdos fazendo com que os alunos se vão envolvendo e interessando. Roldão (1995, p.32) vê o Estudo do Meio como uma área aberta para o futuro, considera que os professores devem repensar o modo como têm atuado nas suas salas de aula e avaliar as suas práticas didáticas, com o objetivo de melhorar a docência, mas também para o gosto e sucesso dos seus alunos. Assim sendo, o currículo em cada sala de aula deve ser gerido de forma aberta e flexível.

Nesta linha de pensamento podemos constatar que o Estudo do Meio “apresenta-se organizado em blocos de conteúdos antecidos de um texto introdutório onde é definida a sua natureza e são dadas algumas indicações de carácter metodológico” (Organização Curricular e Programas, 2004, p. 101), cabendo aos docentes decidir a ordem pela qual são lecionados. Estes deverão recriar o programa tendo em conta os interesses, necessidades e características do meio local. Podem assim alterar a ordem de conteúdos e associá-los a outros, promovendo desta forma a interdisciplinaridade e a autonomia e flexibilidade curricular.

As crianças, nas suas aprendizagens iniciais, desenvolvem um conjunto de conhecimentos e competências que acumulam para o resto da sua vida, a Escola tem

o papel de introduzir e alargar horizontes, de maneira a, mais tarde, serem capazes de realizar aprendizagens mais exigentes ao longo do tempo.

Através do Estudo do Meio, pretende-se que as crianças sejam capazes de aprofundar conhecimentos relativos ao meio natural e social que as rodeia, percebendo, relativamente a este último, a forma como evolui a sociedade. Nesta área, promove-se assim o desenvolvimento integral das crianças com aprendizagens construtivas e significativas para o aluno. Como tal, vai desenvolvendo nas crianças também capacidades pessoais e sociais pelo incentivo à curiosidade para que procure saber mais sobre o meio que a rodeia, aumentando os seus conhecimentos. Desta forma, promove o espírito crítico e o exercício para a cidadania dos alunos por meio da observação, reflexão e discussão. O Estudo do Meio possibilita formar para a cidadania, promover aprendizagens diversas no domínio cognitivo e no aspeto social através do trabalho cooperativo, das atitudes e dos hábitos de vida. Esta área, também proporciona a aplicação de diversos métodos de ensino, diferentes estratégias de aprendizagens e a utilização de vastos materiais/recursos dentro de uma sala de aula.

Conforme a legislação atual, o Decreto-lei n.º 91/2013 de 10 de julho, os principais objetivos do Estudo do Meio são: constituir o conhecimento de si próprio, promovendo atitudes de autoconfiança, valorizando a sua identidade, nomear elementos básicos do meio físico e social envolvente (família, escola, comunidade, atividades humanas), identificar problemas concretos e participar nas ações de melhoria, reconhecer aspetos e elementos relacionados com a História e Geografia de Portugal, preservar o património cultural, utilizar diferentes formas de obter e recolher informação.

Letria, no final do século XX, mencionava que a questão da Cidadania apenas nas últimas décadas da centúria passou a estar mais presente nos discursos dos políticos e que a Política estava então a atravessar um período de crises. E que por esse motivo “apela-se aos indivíduos para serem cada vez mais cidadãos como forma de se fortalecer aquilo que é conhecido como «sociedade civil»” (Letria, 2000, p.61-62). Desta maneira, são inquestionáveis a relação e a interdependência que estas duas áreas – Cidadania e Política.

Por isso, hoje é cada vez mais consensual, a necessidade de refletir sobre uma maior e melhor participação das crianças, enquanto exercício essencial de cidadania, pondo em causa que as suas vulnerabilidades e imaturidades inerentes possam ser

apresentadas como justificação para a inibição do exercício do seu direito de participação.

## 2. A Política e as crianças

Sarmiento (citado por Tironi, 2016) afirma que “a infância permanece, de forma geral, excluída dos processos de decisão na vida coletiva da sociedade na qual está inserida”. O mesmo autor defende que o mundo das crianças se distanciou do mundo dos adultos, sobretudo o lado familiar e o escolar. Na mesma linha de pensamento, é atribuído ao adulto uma posição de superioridade viabilizando assim uma clara relação de controle e domínio sob a criança ou jovem (2017, p. 2152). Segundo Qvortrup as crianças, “por natureza”, são inúteis e meras recetoras (2011, p. 206). Esta exclusão e diferenciação relativamente aos sujeitos que têm uma voz ativa nas diversas esferas da vida da sociedade, desencadeia cada vez mais o afastamento entre crianças e adultos, nomeadamente na área da Política.

Por estes motivos, compreende-se que a Política, à partida, não seja a mais apelativa para ser trabalhada por educadores e professores, desde cedo na Educação do Pré-escolar e no 1º ciclo. É essencial, portanto, perceber o que é Política e os seus objetivos, para depois perceber como pode ser trabalhada em contexto de 1º CEB, com crianças dos 6 aos 10 anos, no âmbito da formação para a Cidadania.

Conforme defende Bettencourt (2015) a Política pode “ser vista como uma arte, a «arte de administrar», a arte de regular a vida na polis, no Estado, a arte de conduzir um povo para um determinado «destino» (...) enquanto forma de arte de administrar, de cuidar e de zelar pela vida...” (p.23). Mota Amaral (citado por Bettencourt, 2015) diz que a Política, “é a arte de governar e de gerir consensos, de procurar soluções” (p.25). Para João Carlos Espada (citado por Bettencourt, 2015) afirma que é uma atividade nobre e deve ser exercida com o intuito do interesse geral. Nesse sentido, defende a necessidade de “uma visão pluralista na política, em que as diferentes esferas existentes têm de conviver e ajudar-se entre si, uma vez que essa é a essência e a importância fulcral na Política, de forma a garantir-se o usufruto pacífico e livre das diversas áreas da nossa vida, em geral, na perspetiva cultural, espiritual e familiar” (p.24).

Por sua vez, na atualidade, “As novas tecnologias oferecem às crianças, entre outras, a ampliação do seu espaço de participação [e] para modificar o seu papel social: de ignorado, silenciado e passivo, a outro, criativo, inovador, respeitado, procurado e ativo” (Gaitán, 2014, p. 229). Esta citação introduz, assim, a problemática da participação das crianças na política. Para isso, é importante perceber a posição que as crianças ocupam na sociedade ocidental. A partir da Convenção da Organização das

Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, reconhecida em 1989, foi concebido um conjunto de direitos fundamentais, que podem ser divididos em quatro categorias: os direitos à sobrevivência, os direitos relativos ao desenvolvimento, os direitos relativos à proteção e os direitos de participação (direito em exprimir opiniões).

Em particular, artigos como o 13º, 14º e 15º asseguram que a criança é capaz de formar as suas próprias opiniões e direito em expressá-las livremente “o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança” (Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989, p.13). No entanto, ao ler estes artigos com a devida atenção, percebe-se que, de certa forma, limitam e valorizam a subjetividade das crianças. No artigo 12º verifica-se que é dada a “oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem”, ou seja, a criança só tem voz em assuntos que a afetam ou a questões que lhes dizem respeito. Consta-se desta forma, que as crianças são vistas como seres frágeis, com pouca maturidade e as suas capacidades são de certa forma menosprezadas e ignoradas (Qvortrup, 2010, pp.780-782). Lansdown (2010) defende que a

implementação do artigo 12º requer reconhecimento e respeito por formas não-verbais de comunicação como brincar, linguagem corporal, expressões faciais ou desenho ou pintura, através das quais as crianças muito jovens fazem escolhas, exprimem preferências e demonstram compreensão do seu ambiente. (p.12).

Na visão de Sarmiento, Tomás e Soares (2004) “a promoção dos direitos das crianças foi penetrando, desta forma, nas instituições sociais e políticas. Todavia estamos muito longe de uma situação ideal e plena na consagração e garantia desses direitos” (p.8). Os mesmos autores referem ainda que neste novo século alguns dos objetivos continuam por alcançar “é legítimo perguntar se as expectativas que a CDC e todos os textos jurídicos, sectoriais e universais, (...) foram cumpridas ou, pelo contrário, continuaram incumpridas” (p.8).

No que concerne a livros em português destinados a crianças sobre questões políticas, poucos são ainda os existentes disponíveis em livrarias. Entre eles, destacámos *A política explicada às crianças...e aos outros* de Denis Langlois (1998), que explica ao público mais jovem que “a política não é mais do que a tua vida e a dos outros. É a forma como as pessoas se organizam para viverem em grupo. Afirmar «Eu cá não faço política» é o mesmo que dizer: «Eu cá não respiro»” (p.25). Este autor apresenta alguns exemplos de Política no quotidiano das crianças como por exemplo:

Se, numa cidade, por exemplo, uns pretendem construir uma fábrica e outros se opõem porque ela poderá poluir o ambiente, o melhor é perguntar a cada um a sua opinião. Se, numa turma, se decide fazer uma viagem de fim de curso, mas uns pretendem ir para a praia e outros para o campo, também aí o melhor é perguntar a cada qual o que prefere (p.14).

Com exemplos práticos e recorrentes do seu dia a dia, as crianças conseguem compreender o que é e como se faz política, como por exemplo: o que significa ter a maioria dos votos (e o que representa), quais são as diferenças de opiniões nos políticos (esquerda VS direita). Segundo Langlois (1998)

... pessoas de direita pensam que as desigualdades que existem entre os homens sempre existiram e sempre não-de existir. Haverá sempre fortes e fracos, ricos e pobres (...) as pessoas de esquerda falam em mudar a sociedade, em fazer com que haja mais justiça (...) fazer com que os ricos sejam menos ricos e os pobres menos pobres, que cada um tenha um emprego decentemente pago (p.21-22).

O autor sublinha, ainda, o facto de cada um “ter uma opinião política é fundamental (...) é a forma como reagimos perante aquilo que se passa diante dos nossos olhos, uma discussão, uma injustiça, uma manifestação de rua. Uma opinião é uma parte de nós mesmos” (p.26). Refere também, sobre o papel dos media, que em política para se poder atuar é necessário estar informado sobre o que acontece no mundo, assumindo os jornais, a televisão, a rádio e, na atualidade, também a internet, esse papel. No entanto, o mesmo autor alerta as crianças e jovens – “se quiseres saber a verdade sobre um acontecimento, não te contentes apenas com um lado da questão, com um único canal de televisão, com uma única estação de rádio ou um único jornal” (p.35).

Outra obra bastante apelativa (consta no PNL), e que serve de suporte a projetos relacionados com a Cidadania desde o 3ºano ao 6º ano de escolaridade, é *O meu livro de Política* de Jorge Sampaio (2009) que dá a conhecer aos alunos as noções de Política, Nação, Estado, Constituição, Democracia, Cidadania, Europa e Portugal no mundo. Relativamente à Política “a Política é um pouco como a medicina. É simultaneamente uma ciência e uma arte. Exige conhecimentos, talentos e dedicação (...) os políticos tratam da Nação...” (p.12).

Em Portugal, comparativamente ao que aconteceu com as crianças que viveram o 25 de Abril de 1974, verifica-se um grande distanciamento dos jovens em relação à Política. Nessa altura, fruto da revolução que então se viveu e à implantação da Democracia, após quase meio século de Ditadura, “os jovens emergiram na sociedade,



tornaram-se vozes que exigiam ser ouvidas, queriam tomar a palavra, mas, acima de tudo, queriam agitar e inverter hierarquias, com o intuito de se tornarem membros ativos na sociedade” (Bettencourt, 2015, p.347).

Nos dias de hoje, são várias as razões que explicam o afastamento dos mais novos relativamente à política: desconhecimento, desinteresse, má imagem ou descrédito em relação à política e aos políticos, mudanças da sociedade, novos interesses. Segundo Miguel Morado (citado por Bettencourt) “no que diz respeito à frustração da juventude, eu diria que faz parte do mesmo problema institucional que estamos a viver hoje.

Dudley e Gitelson (citado por Brisotto, 2010) acreditam que um indivíduo só compreende e percebe factos básicos e elementares da política se previamente teve uma orientação e ou consciencialização. Galston (citado por Brisotto, 2010.) afirma que o “conhecimento político ajuda os cidadãos a compreender os seus interesses como indivíduos e como membros de um grupo. Quanto maior o conhecimento detido pelos indivíduos, melhor poderão compreender o impacto das políticas públicas nos interesses pessoais de cada uma e orientarem-se em tempos de eleições para formularem as suas preferências” (p.54). Desta maneira a instrução influencia a participação política dos adultos de amanhã, uma educação que fomenta estas competências é uma educação de valor.

Em Portugal, ao nível do ensino secundário foram criadas mais recentemente duas novas disciplinas, ambas não obrigatórias, cujos conteúdos envolvem diretamente a Política. Em 2006, foi aprovada a disciplina de Ciência Política para o último ano do ensino secundário:

é uma disciplina nova, mas tem origens remotas (...) entrelaça-se com histórias de outras disciplinas como a Filosofia Política, a História das Doutrinas e do Pensamento Político, o Direito Constitucional e recentemente a Sociologia.( ...) a diversidade de temas estudados é enorme: eleições, ideologias, funções e extensão do Estado, participação dos cidadãos na vida política, políticas educativas, de saúde, obras públicas, União Europeia, instituições políticas, finanças, fiscalidade, guerra e paz (Moreira, 2015, p.12).

Esta disciplina tem como objetivos contribuir para a construção de uma sociedade mais crítica, com cidadãos mais informados e autónomos, para oferecer uma compreensão mais séria acerca da sociedade portuguesa assim como uma visão mais ampla do mundo, através das normas e valores democráticos. Segundo Brisotto (2010), procura:

contribuir para a formação de cidadãos responsáveis e mais tolerantes, com foco no desenvolvimento da qualidade da democracia. O programa realça que as atividades de ensino-aprendizagem devem ser estruturadas de modo a garantir a total participação dos alunos, sendo que os professores devem usar as estratégias que considerem mais adequadas às turmas e ao nível sociocultural dos alunos (p.57).

Mais recentemente, foi criada uma nova disciplina a ser lecionada no 12º ano, intitulada *História, Culturas e Democracia*, na qual se propõe “uma análise histórica multiperspetivada, bem como comparações espaço-temporais que permitem ao aluno desenvolver a compreensão do mundo em que vive e assumir uma posição informada e crítica. Pretende-se o desenvolvimento de uma maior participação cívica na sociedade onde o aluno se insere num «quadro de referência humanista e democrático» (Direção Geral da Educação, *História, Culturas e Democracia*, site)

Importa agora perceber, como pode a Política ser trabalhada em contexto de 1ºCiclo do Ensino Básico. Segundo Gabriela de Pina Trevisan (2012)

A escola e a cidade entendem-se como espaços socializadores, também na dimensão política, ajudando a criança a obter diferentes fontes de perceção e conhecimento do mundo, de construção de identidade, de desenvolvimento de competências de negociação, de liderança, de influência que serão, elas próprias, características de processos políticos de tomada de decisão (p.7).

No 1º ciclo, as crianças vão conquistando a sua posição nas esferas sociais que frequentam, “atuam na criação de relações sociais, nos processos de aprendizagem e de produção de conhecimento desde muito pequenas. Sua inserção no mundo acontece pela observação quotidiana das atividades dos adultos, uma observação e participação heterodoxa” (Barbosa, 2007, p.1066).

As práticas pedagógicas são essenciais para a participação, motivação e interesse das crianças no que diz respeito à abordagem da Política nas escolas. Nas assembleias de turma é possível resolver conflitos, tensões e problemas com a participação das crianças. De acordo com Caetano (2007), estas assembleias funcionam “como um coletivo de gestão dos seus próprios assuntos, podendo ser entendido, entre outras dimensões, como um mediador de conflitos (...) assuntos relativos à gestão curricular, podendo haver lugar à planificação do trabalho coletivo e à avaliação” (p.73). O professor titular é normalmente o mediador e orientador dos alunos, isola-se na sua sala com o seu grupo e não há cooperação com outros colegas. O grupo-turma tem um papel ativo de análise e busca de soluções e assume responsabilidades essenciais na resolução e participação de decisões e problemáticas.

Relativamente aos temas escolhidos para estas assembleias, é importante as crianças terem a consciência de que, nestes momentos, apenas se discutem assuntos da escola ou do recreio, embora, também possa ser importante falar de questões familiares sempre que se justifique. É importante para as crianças a ideia de pertença a um grupo social específico, como é fundamental poderem ouvir os pontos de vista dos outros.

Implementar diferentes estratégias na sala de aula, conforme o nível de desenvolvimento das crianças, como: trabalhar em pequenos grupos, metodologia de projeto com debates sobre determinado tema, com alguma frequência no horário da turma, oferece momentos de discussão, participação ativa, motivação e interesse das crianças.

## Parte II – METODOLOGIA E INVESTIGAÇÃO

Para a concretização de um estudo “a definição de objetivos é de importância decisiva porque permite orientar todo o processo de pesquisa. Praticamente toda a investigação procura encontrar resposta ou solução para um determinado problema” (Moreira, 1994, p. 20). Ou seja, definir a problemática é crucial, conduz-nos à teoria que a sustenta e dá à investigação lógica e potencial para a exploração (Quivy & Campenhoudt, 1992, p.14).

Neste capítulo, apresentamos primeiramente a metodologia utilizada, o contexto escolhido, os participantes e os instrumentos e técnicas selecionadas para a recolha de informação.

### 1. Metodologia

Para este estudo considerámos a metodologia de carácter qualitativo e quantitativo. As duas formas de investigação devem ser vistas como estratégias complementares, cada uma com a sua visão e fundamentos de um determinado problema ou questão, podem assim ser integradoras e suplementares do que dispares. (Bento, p. 1-3).

Relativamente à primeira e como define Carmo & Ferreira (1998) “em investigação qualitativa dá-se uma grande importância à validade do trabalho realizado. Neste tipo de investigação tenta-se que os dados recolhidos estejam de acordo com o que os indivíduos dizem e fazem” (p.181). Os mesmos autores defendem que “o plano de investigação é flexível”, os investigadores “interessam-se mais pelo processo de investigação do que unicamente pelos resultados ou produtos que dela decorrem” (p.180). Vilela (2009) afirma que nesta metodologia se “recorre à interpretação dos fenómenos e à percepção do pesquisador para realizar a descrição dos mesmos”.

Deste modo, foi utilizada a estratégia metodológica da investigação-ação (Figura 1). Esta metodologia possibilita a resolução de um problema bem como, a obtenção de informações que levem à sua resolução. Ademais, representa igualmente um grande envolvimento participativo e cooperativo, quer do investigador, quer dos intervenientes. Tal como define Elliott (1991) “a investigação-ação é o estudo de uma situação social, no sentido de melhorar a qualidade da ação que nela decorre” (p. 69). Na mesma linha de pensamento, Pardal & Lopes (2011) acreditam que é uma “estratégia de recolha e

de análise de dados sobre um fenómeno específico, geralmente crítico, tendo em vista a formalização e promoção de mudança na realidade estudada” (p.44).

De igual modo, Isabel Sanches afirma que “a investigação-ação, como produtora de conhecimentos sobre a realidade, pode constituir-se como um processo de construção de novas realidades sobre o ensino, pondo em causa os modos de pensar e de agir das nossas comunidades educativas” (2005, p.130).

Além disso, este modelo de pedagogia proporciona aos docentes “o questionamento, a operacionalização e a documentação da reflexão profissional contextual (...) desafia os profissionais a desenvolver este processo de forma cooperada, podemos dizer que, assim, se realiza um duplo avanço qualitativo: de objeto a sujeito de investigação” Oliveira-Formosinho (citado por Pimenta & Franco, 2008, p.32). Desta forma, num primeiro momento foi necessário consultar e analisar os documentos prescritos pelo Ministério da Educação no âmbito do Estudo do Meio e Educação para a Cidadania, com o principal objetivo de perceber quais as orientações oficiais dadas.

Em segundo lugar, foi necessário “planear o conjunto de ações a tomar na investigação e identificar a abordagem e objetivos da intervenção” (Santos, Amaral & Mamede, 2013, p.3), através das técnicas e instrumentos utilizados. Numa última fase, focámos a atenção na análise dos resultados das aprendizagens através da implementação do projeto construído, procurando compreender o interesse dos alunos em questões políticas.

Considera-se assim que a investigação-ação facilita a “transformação do próprio sistema procurando facilitar a implementação de soluções que promovam a melhoria da ação (...) assume coletivamente a responsabilidade do desenvolvimento e transformação da prática” (Coutinho et al., 2009, p.365).

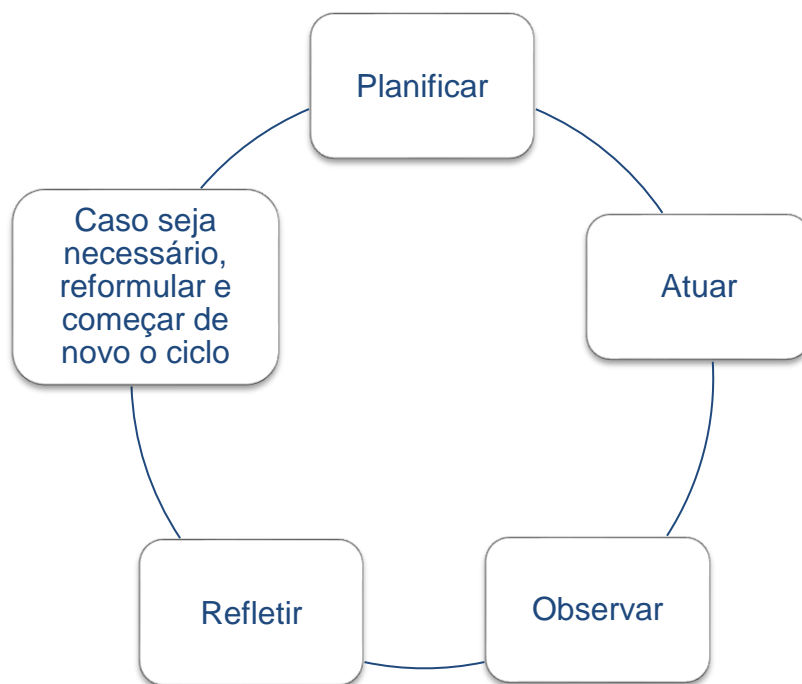


Figura 1 – Esquema explicativo do processo da investigação-ação, segundo KEMMIS,1989.

Além da metodologia qualitativa, também recorreremos à metodologia quantitativa, para obter a triangulação de resultados através das análises quantitativas e qualitativas. De acordo com Bogdan & Biklen, as “duas variáveis estão estatisticamente relacionadas. Existem estudos que integram componentes qualitativos e quantitativos. Frequentemente, a estatística descritiva e os resultados qualitativos têm sido apresentados conjuntamente” (1994, p.63). Além do mais “tanto os métodos qualitativos como os quantitativos podem ser utilizados na investigação-ação” (p.293).

Segundo Bell (2004, p.19-20), os “investigadores quantitativos recolhem os factos e estudam a relação entre eles”, assim como com o uso de metodologias quantitativas, “procura-se controlar o exercício da intuição e da imaginação através da adoção de procedimentos bem delimitados que permitam restringir a ingerência e expressão da subjetividade do investigador (Alves & Azevedo 2010, p.48). O investigador tem o trabalho de recolher dados e factos sobre o comportamento humano, privilegiando e recorrendo a instrumentos e análise estatística. No que concerne a esta análise dos dados quantitativos, o “objetivo geral é confirmar ideias ou hipóteses explícitas que o investigador tenha a priori (...) quer procure antes usar esses dados para obter as ditas ideias e hipóteses” (Lima & Pacheco, 2006, p.51).

## 2. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Focamos agora a nossa atenção nas informações selecionadas e recolhidas (produtos, relações e processo necessário), para a posterior análise e avaliação do projeto.

De acordo com Almeida & Pinto as técnicas de investigação são “conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade de pesquisa” (1990, p.78). Por isso, para a recolha dos dados, criámos instrumentos que permitissem recolher elementos, em concordância com os objetivos estabelecidos – notas de campo e da observação direta, registo de comentários e respostas dos alunos, inquéritos por questionários individuais, a análise documental e registo fotográfico.

Segundo Vale (2000), a observação “é a melhor técnica de recolha de dados do indivíduo em atividade, em primeira-mão, pois permite comparar aquilo que diz, ou que não diz, com aquilo que faz” (p.233). Além de fornecer diferentes comparações também “proporciona a base imediata para a reflexão e acontece no decurso do próprio ciclo” (Cardoso, 2014, p. 32). Ou seja, é primordial que na observação se repense no antes, no durante e nos pós intervenções. Como define Correia (2009) as observações podem-se alterar

vai evoluindo de uma fase mais descritiva no início, em que o investigador procura obter uma perspetiva geral dos aspetos sociais, das interações e do que acontece em campo, a que se seguirão momentos de observação focalizada, após a análise dos dados anteriormente recolhidos, em que começa a ter como foco determinadas situações e/ou acontecimentos (2009, p.32).

O registo destas observações (notas de campo) baseou-se essencialmente nas atitudes, respostas e reações dos alunos durante a execução das tarefas. Tal como Bogdan e Biklen definem “o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiência e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo” (1994, p. 150). É assim importante que reflitam ao pormenor a ação observada, com detalhes e focalizados no contexto vivido. Para os docentes-investigadores “as notas de campo e os diários são os instrumentos metodológicos que os professores utilizam com mais frequência para registar os dados de observação” (Máximo- Esteves, 2008, p. 88). Estes instrumentos de registo explanam um papel muito pessoal, reflexões e sentimentos ao longo do processo. Desta maneira, pode-se

considerar que a observação foi participante, pois segundo Carmo & Ferreira (1998) “o desempenho desses papéis (sociais) o faz de algum modo participar na vida da população observada” (p.107). O que possibilita “entender profundamente o estilo de vida de uma população e de adquirir um conhecimento integrado”, no entanto, também limita e dificulta a “quantificação dos dados” (p.108).

Por sua vez, os questionários têm a grande vantagem de “quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 189). Os dois inquéritos por questionário realizados no final do projeto, visam a autoavaliação dos alunos e dos seus desempenhos ao longo das sessões e a avaliação final do projeto. Isto contribuiu para percebermos o que foi aprendido, se os alunos compreenderam o tema, se tinham gosto em continuar a trabalhá-lo e o que mais e menos gostaram de fazer. Estes dois instrumentos contribuíram para recolher opiniões e preferências dos alunos em relação ao tema da política no 1ºCEB. Nesses questionários dispõem de respostas abertas e fechadas, sendo que a grande maioria conta com três opções de escolha (muito, pouco ou nada).

A análise documental serviu para fundamentar a temática que teve como modelo os documentos oficiais da instituição e do Ministério da Educação, assim como livros e artigos que nos permitiram “complementar, fundamentar e/ou enriquecer informações obtidas com outras técnicas de recolha”. (Morgado, 2012, p. 87).

Por último o registo fotográfico foi usado como apoio à documentação e de acordo com Máximo- Esteves (2008) “os registos fotográficos são um recurso que permite analisar momentos e circunstâncias sem grande perda de tempo, desde que devidamente datadas e referenciadas espacialmente” (p.91). Estes instrumentos permitiram captar os momentos mais importantes do trabalho dos alunos.



## **Parte III – INTERVENÇÃO – Planificação e Operacionalização**

### **1. Contexto e participantes**

Apresentamos de seguida a caracterização dos sujeitos que fizeram parte da investigação e a caracterização do contexto. A instituição é de cariz público e está inserida num agrupamento constituído por mais quatro escolas localizadas no concelho e distrito do Porto. Além do 1ºCEB contém a valência Pré-escolar. Quanto ao 1ºCEB, a instituição conta com quinze turmas cada uma delas com um professor titular. A escola dispõe de uma professora de ensino especial, terapeutas da fala e ocupacionais e psicólogas.

Do Projeto Educativo consta o grande propósito da instituição: “contribuir para a formação de jovens globalmente competentes, ao nível de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, para trabalhar em conjunto com outros, resolver problemas globais e melhorar o bem-estar coletivo atual e das futuras gerações” (Projeto Educativo, 2019-2022, p. 4).

Outro aspeto a ter em conta são os bons recursos físicos e instalações da escola, permitindo aos alunos que lá estudam conforto e acesso a diferentes materiais, como é o caso dos computadores e quadros interativos nas salas.

Para a concretização deste estudo, selecionámos uma turma do 3º ano do 1º CEB. O grupo é constituído por vinte e quatro alunos, dez do sexo feminino e catorze do sexo masculino, com idades compreendidas entre os oito e nove anos. Como todas as turmas, esta também prima pela heterogeneidade, incluindo dois alunos com dificuldades cognitivas. No geral trata-se de uma turma participativa, empenhada e com gosto de aprender. Porém, o trabalho cooperativo é pouco trabalhado – os alunos estão mais habituados a trabalhar de forma individual. Há interesse pelas novas tecnologias e gostam de atividades criativas que desenvolvam a sua imaginação, nomeadamente no campo das Artes Visuais. No que diz respeito ao ambiente familiar, a grande maioria dos alunos estão integrados em famílias de nível socioeconómico alto. A maioria tem irmãos, as famílias desenvolvem profissionalmente atividades liberais (gestores, engenheiros, advogados, etc.).

■ 9º ano ■ 12º ano ■ Licenciatura ■ Mestrado ■ Doutoramento

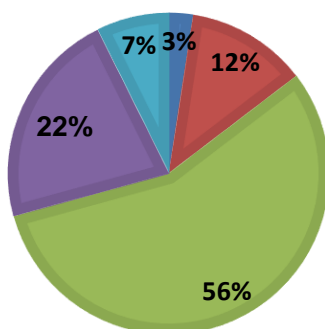


Gráfico 1 – Habilitações dos pais

## 2. Planificação do Projeto

Neste capítulo apresentamos a planificação das atividades a desenvolver em sala de aula, ao longo de uma semana.

A planificação de acordo com Duarte & Moreira (2019) “deverá ser um processo que facilita a ação ao docente que prevê e orienta a sua prática em cada realidade” (p. 176), tendo em consideração, segundo Cardoso (2013) três aspetos: os conteúdos que pretende trabalhar, seguindo o programa referente ao ano de escolaridade a que vai lecionar; os alunos com quem vai trabalhar os conteúdos selecionados; que estratégias adotar tendo em conta os dois aspetos mencionados anteriormente,

Desta forma resolvemos intitular o projeto de “Política de palmo e meio”, não só por remeter para o tema em torno do qual se iria desenvolver, como também para o grupo etário selecionada.

Para a construção do nosso projeto, optámos por utilizar o *Commission Model* uma estratégia didática diferenciadora que exige aos alunos organização, pesquisa e pensamento crítico. Esta estratégia foi desenvolvida em Inglaterra por Dorothy Heathcote, professora de teatro, e que, tal como acontece no *Mantle of the Expert*, envolve o jogo dramático.

Para a implementação desta estratégia é necessária uma encomenda de uma entidade/cliente preferencialmente real. O grupo de alunos (comissão) é desafiado a realizar uma determinada tarefa, de modo a desenvolverem “um sentido de

autenticidade e responsabilidade, pois terão de satisfazer as necessidades específicas dos clientes. O resultado final deve então ser “publicado” na forma que os membros da Comissão decidirem, segundo Heathcote” (citado por *Mantle Network*).

Esta prática oferece aos alunos uma aprendizagem completa, preparando-os para as dificuldades e desafios do mundo atual. E por isso, todas as áreas curriculares podem e devem ser possíveis de trabalhar e desenvolver.

Dorothy Heathcote, propõe dois tipos de encomendas: no interior da escola ou outra que se destina à comunidade. As que acontecem dentro da escola, podem ser inventadas pelos professores, para trabalhar determinado conteúdo. Já as que são externas à escola destinam-se a grupos ou organizações da comunidade que agem como clientes.

No *Mantle of the Expert*, “os alunos são convidados a assumir a ideia de trabalhar como uma “empresa” fictícia ou equipe de especialistas. Eles realizam uma variedade de tarefas para completar uma “comissão” proposital de um “cliente” (*Mantle Network*). Comparativamente ao *Mantle*, o *Commission Model* apresenta menor liberdade, uma vez que os alunos dão resposta a uma encomenda concreta. O grupo de alunos tem a responsabilidade de responder ao pedido concreto do cliente, sendo que a encomenda é real e o seu trabalho tem consequências na vida real. Nesta estratégia existem conceitos base tais como: a socialização pois existe um trabalho de grupo e individual, a oralidade/discurso utilizado com colegas, o poder e as responsabilidades são partilhados entre alunos e professores, as tarefas são a base do trabalho e a publicação dos resultados deve ser cuidadosamente organizada. O ambiente na sala de aula é alterado, para atender às necessidades e existe uma grande abertura para aceitar os contributos de todos os alunos. Para além disso, existem três valores fundamentais: rigor, responsabilidade e concretização que estão desde o início presentes nesta estratégia.

O grau de dificuldade das atividades a integrar o projeto foi selecionado de acordo com o grupo etário dos alunos e o programa curricular. Duas das grandes preocupações para a planificação destas sessões, foi garantir a abordagem interdisciplinar de conteúdos nas diferentes áreas, articulando com as tecnologias e a segunda foi garantir a livre participação individual, sem grandes diretrizes e obrigatoriedades.

Optámos por planificar cinco sessões a terem lugar ao longo de uma semana, como se pode verificar na Tabela 1. Era importante que estas sequências didáticas não se estendessem por muito tempo para garantir interesse e ânimo do grupo, uma vez que era uma turma com a qual não tínhamos um contacto diário. As tarefas decorrerão da parte da tarde no horário de algumas atividades extracurriculares ou no das aulas de educação artística ou de cidadania do professor titular.

Criámos uma planificação semanal, a ser desenvolvida em cada um dos dias, que permitisse assegurar a gestão de tempo, definir os conteúdos com base nos documentos orientadores e organizar as atividades, os materiais e os instrumentos de avaliação, mas também a ligação entre atividades.

A duração das sessões considerada na planificação vai dos 60 aos 120 minutos, dependendo do dia da semana. Os materiais e os recursos a utilizar seriam o computador, projetor, videos, livro, cartolina, *post it*, papel de cenário e materiais de plástica (lápiz de cor, tesoura, etc). Recursos intencionalmente diversificados e que incluíam não só as tecnologias como os materiais mais tradicionais.

Considerou-se também na nossa planificação que a planta da sala deveria ser alterada sempre que nos parecesse pertinente, nomeadamente quando os alunos estiverem a desenvolver trabalho de grupo.

A nível de interações, este projeto privilegia a relação aluno-aluno e aluno-professor, permitindo assim diferentes interações quer em pequenos grupos, quer em grande grupo.

Como instrumentos de avaliação, devido ao pouco tempo para implementação do projeto de que iríamos dispor, optámos pela utilização de grelhas de observação, registo de comentários e respostas dos alunos, notas de campo e no fim, o preenchimento da ficha de autoavaliação e do questionário da avaliação do projeto.

Apresentaremos de seguida a planificação semanal assim como a avaliação realizada nas sessões.

Tabela 1 – Planificação do Projeto

<p><b>Estratégias Pedagógicas:</b> Exposição e realização de esquemas, metodologia ativa (aula invertida), diálogo, utilização de meios audiovisuais, <i>Commission Model</i>, debate e inquérito.</p> <p>Antes de apresentar o Projeto aos alunos, é necessário que haja uma pequena apresentação para que estes tenham a oportunidade de suscitar curiosidade pelo tema a trabalhar e reunir informação.</p>			
Sessões	Atividades	Conteúdos (documentos orientadores)	Recursos/ Materiais
1 <sup>a</sup> 2 horas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação à turma.</li> <li>- Diálogo sobre o projeto.</li> <li>- Vídeo introdutório.</li> <li>- Desenho individual sobre a Revolução de 25 de Abril de 1974.</li> <li>- Iniciação da exploração da Constituição Portuguesa, através do livro <i>A Constituição da República Portuguesa trocada por (para) miúdos</i></li> </ul>	<p><b>Referencial Segurança, Defesa e Paz:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer os símbolos nacionais e os seus significados.</li> <li>- Reconhecer que a sociedade funciona com regras (família, escola, grupo, país...).</li> <li>- Reconhecer que todos têm direitos e deveres independentemente das diferenças (etnia, género, cultura, religião, língua, capacidades...).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Placa</li> <li>- Folhas brancas</li> <li>- Vídeos</li> <li>- PowerPoint's</li> <li>- Livros: <i>A Constituição da República Portuguesa trocada por (para) miúdos; O meu livro de política</i></li> </ul>
2 <sup>a</sup> 1 hora	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aula Invertida.</li> <li>- Apresentação oral da pesquisa recolhida.</li> <li>- Realização de um esquema síntese em <i>post-it</i>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer a Constituição Portuguesa como a Lei Fundamental de Portugal, onde constam os direitos e deveres comuns a todos e os princípios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cartazes ou trabalhos dos alunos</li> <li>- <i>Post it</i></li> <li>- Computador</li> </ul>

<p>3ª 2 horas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuação da exploração do livro, em suporte de PowerPoint.</li> <li>- Leitura da carta da ESEPF a apresentar a encomenda aos alunos.</li> <li>- Decisão dos alunos sobre a aceitação ou não da encomenda.</li> <li>- Envio de um <i>e-mail</i> com a resposta.</li> </ul>	<p>básicos relativos à segurança e à paz.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar preconceitos e formas de discriminação do outro</li> <li>- Conhecer a existência de documentos fundamentais relativos aos direitos humanos, à segurança internacional e à paz, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos da Criança.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Livro: <i>A Constituição da República Portuguesa trocada por (para) miúdos</i></li> </ul>
<p>4ª 2 horas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização do trabalho.</li> </ul>	<p><b>Referencial de Educação para o desenvolvimento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adquirir as noções de direitos, deveres e responsabilidades.</li> <li>- Distinguir responsabilidades individuais de responsabilidades coletivas.</li> <li>- Perceber a necessidade de regras de ação individual e coletiva e do seu cumprimento.</li> </ul> <p><b>Aprendizagens Essenciais 3º ano – Estudo do Meio</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relacionar datas e factos importantes para a compreensão da história local (mais propriamente 25 de Abril).</li> <li>- Reconhecer e valorizar a diversidade de etnias e culturas existentes na sua comunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Computador</li> <li>- Material de plástica: cartolinas, cola, lápis de cor, canetas, tesouras, etc.</li> <li>- Papel de cenário</li> </ul> <p>(o material é disponibilizado pelo professor, numa mesa, os alunos é que devem decidir o que vão utilizar, como vão fazer, como se vão organizar para o fazer e em que local da escola</p>

		- Reconhecer as potencialidades da internet, utilizando as tecnologias de informação e da comunicação com segurança e respeito, mantendo as informações pessoais em sigilo.	é que o vão colocar)
5ª 2 horas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Explicação das regras de um debate.</li> <li>- Realização do debate final: “É importante conhecer a Constituição? As crianças devem participar e ter uma voz mais ativa em assuntos relacionados com a política do país?”.</li> <li>- Preenchimento de uma ficha de autoavaliação e guião de avaliação do projeto final.</li> <li>- Entrega dos certificados.</li> </ul>	<p><b>Aprendizagens Essenciais 3º ano – Português</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falar com clareza e articular de modo adequado as palavras.</li> </ul> <p>Usar a palavra com propriedade para expor conhecimentos e apresentar narrações.</p> <p><b>Aprendizagens Essenciais 3º ano – Artes Visuais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Experimentar possibilidades expressivas dos materiais e das diferentes técnicas (recorte, colagem, pintura...).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fichas</li> <li>- Certificados</li> </ul>

## **1ª Sessão**

### **a) Objetivos**

Para a primeira sessão, estipulámos como objetivos dar a conhecer à turma o projeto a implementar na turma, de forma interessante e motivadora. Para tal acontecer, optámos por recorrer a um vídeo introdutório que explica exatamente isso, de uma forma sucinta e geral, passando logo depois para o outro objetivo principal – (re)conhecer o 25 de Abril como um marco histórico do nosso país e a sua importância até aos dias de hoje. Este vídeo foi previamente gravado e realizado por nós.

Para além disso, trabalharemos o discurso oral através de questões lançadas, os alunos terão que gerir e respeitar a vez do outro para falar, ouvir diferentes opiniões em silêncio

e compreender o texto lido. Haverá oportunidade para treinarem a técnica da pintura e desenho.

### **b) Estratégias**

Nesta aula confrontaremos os alunos com uma questão inicial que surge no vídeo *O que foi para ti o 25 de abril? Desenha!* Prevemos que esta atividade nos irá permitir perceber quais as ideias prévias dos alunos sobre esta questão e lançar um pequeno momento de discussão. Logo depois, para explicar o que foi a revolução e o que é a democracia, serão apresentados um PowerPoint com textos, imagens e esquemas, realizado por nós, e um vídeo (info minuto da RTP). De seguida, mostraremos o livro *Constituição da República Portuguesa trocada por (para) miúdos* e iniciaremos a sua exploração em grande grupo.

### **c) Avaliação**

Nesta sessão, será realizada a avaliação diagnóstica dos alunos relativamente os seus conhecimentos dos alunos sobre a Revolução do 25 de Abril. Registaremos as nossas observações sobre a sessão preenchendo uma grelha de observação e fazendo o registo de notas de campo.



Tabela 2 – Planificação da 1<sup>o</sup> sessão

1 <sup>a</sup> sessão – 2 horas			
Áreas Curriculares	Objetivos	Atividades	Avaliação
<p><b>Estudo do Meio</b></p> <p><b>Domínio:</b> Sociedade</p> <p><b>Conteúdo:</b> O passado familiar mais longínquo</p> <p><b>Português</b></p> <p><b>Domínio:</b> Oralidade / Leitura</p> <p><b>Conteúdo:</b> Produção de discurso oral / Compreensão de texto</p> <p><b>Expressões</b></p> <p><b>Domínio:</b> Experimentação e criação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer datas e factos significativos da história nacional, como o 25 de Abril.</li> <li>- Identificar os símbolos nacionais (hino e bandeira).</li> <li>- Falar com clareza e articular de modo adequado as palavras.</li> <li>- Gerir adequadamente a tomada de vez na comunicação oral.</li> <li>- Escutar os colegas.</li> <li>- Compreender textos narrativos.</li> <li>- Aprimorar a técnica da pintura e desenho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação.</li> <li>- Vídeo introdutório sobre o Projeto.</li> <li>- Desenho sobre o 25 de Abril (recolha das ideias prévias dos alunos)</li> <li>- Vídeo a explicar o que é a Constituição da República Portuguesa.</li> <li>- Início da exploração do livro <i>A Constituição da República Portuguesa trocada por (para) miúdos</i></li> <li>- Explicação e orientação da pesquisa pedida para trabalho de casa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenho sobre a Revolução do 25 de Abril.</li> <li>- Comentários e respostas dos alunos ao longo da sessão.</li> <li>- Grelha de observação.</li> <li>- Notas de campo.</li> </ul>

## 2<sup>a</sup> Sessão

### a) Objetivos

Na segunda sessão, o principal objetivo será o de recolher e procurar informação adequada relativamente à pesquisa previamente pedida, recorrendo a novas tecnologias. Além disso, ainda haverá tempo para trabalhar o discurso oral com a apresentação à turma, partilhar ideias e informações, os alunos terão assim, que gerir e respeitar a vez do outro para falar e demonstrar capacidade de síntese.

## **b) Estratégias**

Nesta aula será utilizada a estratégia da aula invertida que permitirá aos alunos procurarem respostas a uma determinada pergunta recorrendo a pesquisas. Consideramos esta estratégia uma ótima forma para gerir e otimizar o tempo, os alunos mantêm-se presentes, atentos na aula e estão no centro da sua aprendizagem. Ademais promoverá o contacto e utilização das novas tecnologias. Os alunos trarão para a aula a resposta à tarefa pedida na aula anterior – que realizassem em casa uma pesquisa (internet) sobre um dever, um direito ou um órgão de soberania mencionado na Constituição Portuguesa, que cada um deles considerasse pertinente e registasse os resultados obtidos em suporte digital ou escrito. À vez, cada aluno apresentará o seu trabalho. No final e para reunir toda a informação, será entregue a cada aluno uma folha de *Post it* onde se pedirá para escreverem um direito, dever ou órgãos de soberania que considerem importante. No final, e em conjunto, realizar-se-á um esquema síntese da sessão, que ficará exposto na sala para consultar sempre que necessário e que permitirá desenvolver a capacidade de sintetizar dos alunos, bem como para percebermos o que retiveram daquilo que ouviram.

## **d) Avaliação**

A avaliação dos resultados desta aula será feita através de observação direta e da análise da pesquisa realizada pelos alunos e das suas apresentações orais, aproveitando-se também os comentários produzidos pelos alunos durante a construção do esquema-síntese.

Tabela 3 – Planificação da 2ª sessão

2ª sessão – 1 hora			
Áreas Curriculares	Objetivos	Atividades	Avaliação
<p><b>Estudo do Meio</b></p> <p><b>Domínio:</b> Sociedade/ Tecnologia</p> <p><b>Conteúdo:</b> O passado familiar mais longínquo</p> <p><b>Português</b></p> <p><b>Domínio:</b> Oralidade / Leitura</p> <p><b>Conteúdo:</b> Produção de discurso oral / Compreensão de texto</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer datas e factos significativos da história nacional, como o surgimento da Constituição da República Portuguesa de 1976.</li> <li>- Realizar pesquisa individual recorrendo a novas tecnologias.</li> <li>-Partilhar informações</li> <li>- Falar com clareza e articular de modo adequado as palavras.</li> <li>- Gerir adequadamente a tomada de vez na comunicação oral.</li> <li>-Escutar os colegas.</li> <li>- Ser capaz de sintetizar o mais importante.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aula Invertida</li> <li>- Apresentação à turma</li> <li>- Esquema síntese em <i>post it</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comentários e respostas dos alunos ao longo da sessão.</li> <li>-Grelha de observação.</li> </ul>

### 3ª Sessão

#### a) Objetivos

O terceiro dia de trabalho servirá para dar continuidade ao exercício desenvolvido com os alunos, relativamente às noções de direitos, deveres e responsabilidades numa sociedade e cada grupo irá definir o que irá conter no mural. Para tal os estudantes terão de compreender muito bem o texto lido para nomear os direitos, deveres e órgão de soberania abordados. No que diz respeito ao trabalho com os colegas deverão escutar falar de forma clara e respeitarem-se uns aos outros.

### **b) Estratégias**

A sessão começará com a continuação da exploração do livro *Constituição da República Portuguesa trocada por (para) miúdos* utilizando o computador e projetor. Logo depois, implementaremos Commission Model. pois considerámos que essa estratégia irá possibilitar e desenvolver o sentido de responsabilidade e organização dos alunos, promover a sua participação, entusiasmo e motivação e, ainda, o trabalhar em grupo.

Por meio de uma carta dirigida aos alunos, *um cliente*: ESEPF; faz-lhes *uma encomenda*: construir mural sobre a temática que colocarão numa parede da escola. A seguir à leitura da carta, em conjunto, os alunos irão decidir se aceitam ou não a encomenda e informar o cliente via e-mail. Após isso formarão os grupos de trabalho e cada um definirá o que colocarão no mural.

### **c) Avaliação**

A avaliação desta aula será feita através de observação direta, dos comentários e das respostas dadas pelos alunos, que contribuirão para a reflexão da professora-estagiária.

Tabela 4 – Planificação da 3ª sessão

3ª sessão – 2 horas			
Áreas Curriculares	Objetivos	Atividades	Avaliação
<p><b>Estudo do Meio</b></p> <p><b>Domínio:</b> Sociedade</p> <p><b>Conteúdo:</b> O passado familiar mais longínquo</p> <p><b>Português</b></p> <p><b>Domínio:</b> Oralidade / Leitura</p> <p><b>Conteúdo:</b> Produção de discurso oral / Compreensão de texto</p>	<p>- Reconhecer direitos, deveres e órgãos de soberania descritos na Constituição da República Portuguesa de 1976</p> <p>- Falar com clareza e articular de modo adequado as palavras.</p> <p>- Gerir adequadamente a tomada de vez na comunicação oral.</p> <p>- Escutar os colegas.</p> <p>- Compreender o texto.</p>	<p>- Conclusão da exploração do livro <i>A Constituição da República Portuguesa trocada por (para) miúdos.</i></p> <p>- Introdução ao <i>Commission Model</i>, com a leitura da carta da ESEPF com a encomenda solicitada.</p> <p>- Decisão da turma ao pedido.</p> <p>- Envio de um <i>e-mail</i> a responder a instituição,</p>	<p>- Comentários e respostas dos alunos ao longo da sessão.</p> <p>- Reflexão da professora-estagiária</p>

#### 4ª Sessão

##### a) Objetivos

O tempo total desta sessão será ocupado com a realização do trabalho de grupo. Pretende-se, assim, que os alunos sejam capazes de trabalhar em grupo e de desenvolver a sua criatividade usando diferentes técnicas de expressão, além disso que reconheçam os direitos, deveres e órgãos de soberania descritos no texto constitucional.

### **b) Estratégias**

Para esta aula o principal objetivo será trabalhar e estimular o trabalho de grupo, uma vez que a turma não está habituada a esta estratégia. Desta forma com a realização de grupos de 4 a 5 elementos, surgirão novas ideias, despertar-se-á a ajuda mútua, a socialização entre colegas e a comunicação entre todos os grupos. A gestão de conflitos, caso seja necessário, pode e deve ser algo a melhorar. Para garantir facilidade na comunicação do trabalho, a sala será devidamente disposta para a organização em grupos de trabalho, sendo que cada um deles terá de decorar a sua parte no mural.

### **d) Avaliação**

Nesta sessão, de acordo com os princípios da estratégia *Commission Model*, assumiremos um papel aparentemente menos interventivo, observando e direcionando sempre que necessário o trabalho proposto aos alunos. Será preenchida uma grelha de observação para cada aluno e respetivo grupo.

Tabela 5 – Planificação da 4ª sessão

4ª sessão – 2 horas			
Áreas Curriculares	Objetivos	Atividades	Avaliação
<p><b>Estudo do Meio</b></p> <p><b>Domínio:</b> Sociedade</p> <p><b>Conteúdo:</b> O passado familiar mais longínquo</p> <p><b>Português</b></p> <p><b>Domínio:</b> Oralidade</p> <p><b>Conteúdo:</b> Produção de discurso oral</p> <p><b>Expressões</b></p> <p><b>Domínio:</b> Experimentação e criação</p>	<p>- Reconhecer direitos, deveres e órgãos de soberania descritos na Constituição da República Portuguesa</p> <p>- Trabalhar em grupo.</p> <p>- Escutar e respeitar os colegas.</p> <p>- Aprimorar a técnica da pintura e desenho.</p>	<p>- Realização do trabalho</p>	<p>- Comentários e respostas dos alunos ao longo da sessão.</p> <p>- Grelha de observação.</p>

### 5ª Sessão

#### a) Objetivos

A última sessão privilegiará trabalhar a capacidade de argumentação e contra-argumentação dos alunos relativamente ao tema do debate. Além disso, o discurso oral será mais uma vez aprofundado, bem como os alunos deverão respeitar as regras do debate estabelecidas. Haverá ainda oportunidade, através do questionário de perceber as noções que os alunos adquiriram relativamente à Constituição.

### **b) Estratégias**

A estratégia do debate será realizada com o propósito de culminar com o fim do projeto. Desta forma, será possível estimular o pensamento crítico dos alunos, estimular a organização necessárias de um debate, respeito pelas diferentes opiniões, desenvolvimento de argumentos e capacidade de reflexão, tornando assim alunos em futuros cidadãos atualizados e completos. Além disso, os alunos estarão dispostos em hemicírculo.

Antes de começar o debate, não só será explicado aos alunos quais as regras básicas que devem cumprir, como lhes será disponibilizado tempo para se prepararem. O debate surgirá em resposta à pergunta lançada “É importante conhecer a Constituição? e As crianças devem participar e ter uma voz mais ativa em assuntos relacionados com a política do país?”. Como se trata da última sessão e de forma a parabenizar o trabalho dos alunos, serão entregues Certificados de Desempenho a cada um deles.

### **e) Avaliação**

Tratando-se da última aula do projeto, além da grelha de observação relativa ao desempenho de cada aluno no debate, será pedido ainda a todos eles que preencham uma ficha de autoavaliação sobre o trabalho desenvolvido ao longo da semana e um questionário final sobre o projeto. Estes dois instrumentos permitirão perceber o interesse (ou não) dos alunos ao longo das tarefas, bem como os conhecimentos e capacidades desenvolvidas.



Tabela 6 – Planificação da 5ª sessão

5ª sessão – 2 horas			
Áreas Curriculares	Objetivos	Atividades	Avaliação
<p><b>Estudo do Meio</b></p> <p><b>Domínio:</b> Sociedade</p> <p><b>Conteúdo:</b> O passado familiar mais longínquo</p> <p><b>Português</b></p> <p><b>Domínio:</b> Oralidade</p> <p><b>Conteúdo:</b> Produção de discurso oral</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer direitos, deveres e órgãos de soberania descritos na Constituição da República Portuguesa</li> <li>- Planear, produzir e avaliar os seus próprios argumentos.</li> <li>- Escutar e respeitar os colegas.</li> <li>- Falar com clareza e articular de modo adequado as palavras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Explicação das regras de um debate.</li> <li>- Debate entre os alunos.</li> <li>- Preenchimento da ficha de autoavaliação e guião final de avaliação do projeto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grelha de observação na participação no debate (discurso utilizado: argumentos, contra-argumentos)</li> <li>- Preenchimento da ficha de autoavaliação e de um questionário final sobre o projeto</li> </ul>

Concluídas as sessões, teremos reunido um conjunto de elementos de avaliação de diferente tipologia (Tabela 6) que nos permitirão recolher a informação necessária para apurar os resultados após a implementação do Projeto.

Tabela 7 – Planificação dos instrumentos de avaliação a utilizar

---

<b>1º Sessão</b>	- Desenho sobre a Revolução do 25 de Abril (recolha das ideias prévias dos alunos). - Comentários e respostas dos alunos ao longo da sessão. - Grelha de observação. - Notas de campo.
<b>2º Sessão</b>	- Comentários e respostas dos alunos ao longo da sessão. - Grelha de observação.
<b>3º Sessão</b>	- Comentários e respostas dos alunos ao longo da sessão. - Reflexão da professora-estagiária
<b>4º Sessão</b>	- Comentários e respostas dos alunos ao longo da sessão. - Grelha de observação.
<b>5º Sessão</b>	- Grelha de observação na participação no debate (discurso utilizado: argumentos, contra-argumentos) - Preenchimento da ficha de autoavaliação e de um questionário final sobre o projeto.

---

## Parte IV – ANÁLISE – Apresentação e análise dos dados da investigação

No seguinte capítulo, serão apresentados e discutidos os principais dados da presente investigação, tendo bem presente a revisão bibliográfica e os dados recolhidos durante a implementação do projeto. Segundo Carmo & Ferreira (1998) “a análise de conteúdo deverá não só possibilitar a compreensão do fenómeno que constitui objeto de estudo, como fazer o investigador chegar à sua explicação” (p.258).

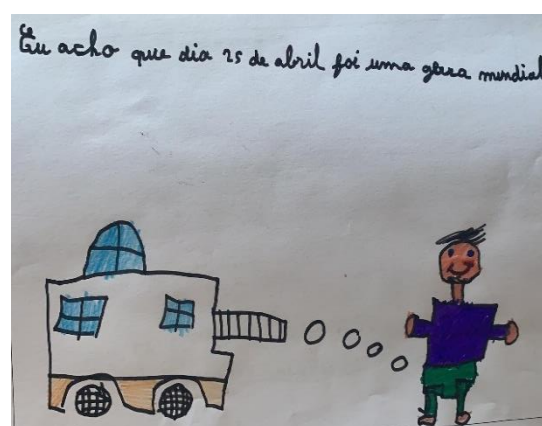
Após a implementação do projeto, resta-nos interpretar os dados fornecidos e retirar as principais conclusões deste estudo. Desde modo, analisaremos os dados relativos a cada aula e as observações reunidas. Sempre que possível recorreremos a representações gráficas, tornando assim, mais claro e acessível a interpretação.

Iniciando pelo objetivo principal, desafiámo-nos a trabalhar a Constituição da República Portuguesa, para, a partir dela, abordar questões de cidadania e política com os alunos. O vídeo introdutório sobre as temáticas em redor deste projeto para dar visualizar e ser explorado pelos alunos na primeira aula sobre as temáticas em redor deste projeto, prendeu logo a atenção de todos eles (Imagem 1). Para isso contou não só o facto de ter sido feito por nós (imagem e som), por incluir uma linguagem adequada, como pelo conteúdo e por referir figuras com nomes conhecidos pela generalidade dos alunos.



Imagem 1 – Visualização do primeiro vídeo pelos alunos

Logo depois, foi feito um diagnóstico inicial a partir da recolha das ideias prévias dos alunos sobre o 25 de Abril de 1974, recorrendo a uma ilustração (Imagens 2 e 3). Com esta atividade, percebemos que os alunos não detinham uma ideia concreta sobre este acontecimento histórico, embora tivessem noção que havia sido algo impactante e importante na história do país. Associavam a uma “revolução dos reis”, ou “policías eram maus para as pessoas e prendiam-nas” e uma “guerra que matou muita gente, as pessoas zangaram-se”. Houve ainda, o caso de uma aluna que tinha uma ideia mais aproximada da realidade histórica, por já ter falado em meio familiar, e que ilustrou o Dia da Liberdade como um dia de festa, com pessoas à espera dos militares com uma cruz em cima do ditador.



Imagens 2 e 3 – A representação dos alunos do 25 de Abril de 1974

Concluída esta atividade, através de perguntas orientámos a aula de forma a referir a Constituição da República Portuguesa e antes de mostrarmos outro vídeo (mais uma vez, feito por nós) questionámos a turma sobre o que significava e a sua importância. A grande maioria nunca tinha ouvido falar, outros ouviram na televisão, mas sem perceber o que era. Uma aluna já tinha reparado que os pais tinham em casa “aquele livro”. As respostas mais específicas que obtivemos foram: “grupo de pessoas que luta a favor dos direitos dos cidadãos” ou “é para comemorar a liberdade”.

A seguir mostramos o referido vídeo para esclarecer o que era a Constituição e iniciámos a exploração do livro *A Constituição da República Portuguesa trocada por (para) miúdos*. Nesse momento, foi perceptível que os alunos estavam familiarizados e interligavam a Constituição Portuguesa com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos da Criança. Para terminar, explicámos o trabalho que teriam que realizar em casa: fazer uma pequena pesquisa na internet em

que retiravam um direito/dever emitido na Constituição. Esta pequena investigação podia ser em formato digital ou papel. Esta primeira sessão, correu como esperado, todos os aspetos da planificação foram trabalhados a tempo, o grupo demonstrou desde cedo muita curiosidade e respeito pelo nosso trabalho.

Na segunda aula, como a turma não tinha mais aulas de tarde, a não ser as Atividades e Enriquecimento Curricular (AEC'S), metade dos alunos não esteve presente, pelo que só dez alunos apresentaram o resultado da pesquisa realizada em casa. Houve assim bastante tempo para apresentarem aos colegas, debater ideias e questionar algumas dúvidas como: “A nossa integridade moral pode ser posta em causa? E porquê?”. Nesta sessão, a principal dificuldade foi a gestão do tempo – como houve tempo a mais, aproveitámos para esclarecer e responder a todas as perguntas dos alunos, dar a ouvir músicas como Grândola Vila Morena (Imagem 4), o que depois obrigou a acelerar na parte final da aula, na construção do esquema (Imagem 5). No entanto, tudo o que foi planeado foi feito.



Imagem 4 – Escuta da canção “Grândola Vila Morena”, de Zeca Afonso



Imagem 5 – Construção do esquema-síntese

Na terceira aula, terminámos a exploração do livro e implementámos a estratégia do *Commission Model* para continuar a implementação do projeto. De acordo com esta estratégia, recorreremos ao jogo dramático de forma a envolver todos os alunos no trabalho que tinham que realizar. Esta estratégia resultou muito bem e sentimos que foi crucial para o sucesso do projeto. Todos os alunos ficaram atentos, empenhados e felizes/orgulhosos por ter sido a sua a turma escolhida pela Direção da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti para desenvolver um trabalho. Este facto trouxe ao

grupo um sentido de organização e de responsabilidade que foi partilhado connosco. Após as votações, sobre se queriam ou não realizar a encomenda solicitada (todos votaram que sim) foi altura de, em conjunto, escreverem um e-mail de resposta ao cliente, ou seja, à ESEPF. Enquanto escrevíamos no computador, o grupo de alunos ditava a mensagem que queriam transmitir (Imagem 6).



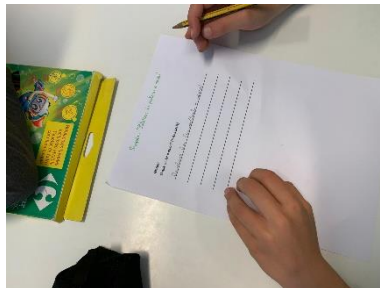
Imagem 6 – A redação do e-mail com a participação de todos os alunos

A quarta sessão destinou-se à realização do trabalho pedido, ou seja, da “encomenda”. De forma a organizarem-se melhor os alunos constituíram-se em grupos de trabalho com 5 a 6 elementos (Imagens 7 a 9) e antes de começarem a construir o mural, escolheram o nome para o seu grupo e identificaram e planificaram o que queriam colocar no mural. Os grupos autodenominaram-se “Equipa dos Cravos”, “MLSD- Direitos e deveres”, “Direitos pela Liberdade” e “Direitos da Constituição”.

Por decisão de todos, cada grupo definiu um determinado espaço do mural para desenhar e à vez trocavam (Imagens 10 a 13). Esta fase gerou alguns conflitos e falta de organização. Alguns alunos não respeitavam a vez do outro para trabalhar, outros quiseram desenhar coisas repetidas e outros, ainda, ficaram mais tempo do que o esperado.

Embora fosse nosso objetivo limitar as nossas intervenções, tal como se determina no *Commission Model*, e ficar o mais possível a observar, devido à confusão instaurada tivemos que intervir ativamente e substituir os alunos que estavam a trabalhar pelos que já estavam muito tempo à espera da sua vez para o poder fazer.

Apesar disso, houve tempo para todos participarem e desenharem aquilo que tinham proposto.



Imagens 7,8 e 9 – Trabalho em grupo



Imagens 10,11,12 e 13 – Construção do mural

No último dia, começámos por explicar as regras base de um debate e da importância de as respeitarmos, para depois se passar para o debate propriamente dito. Contrariamente ao que planeáramos não conseguimos colocar os alunos em hemiciclo, pois não havia espaço suficiente na sala para tal acontecer.

O debate não decorreu da forma que esperávamos, pois, a grande maioria dos alunos não achou muito importante participar em assuntos relacionados com a política do país, alegando a sua idade. Os alunos consideraram que como ainda eram crianças não deviam assumir essa responsabilidade, e que não teriam conhecimentos suficientes para participar. Outros ainda referiram que apenas gostariam de participar no âmbito da “mudança” da escola – referiram que havia pouco tempo para brincar e que gostariam de melhorar alguns espaços na escola, como o recreio e os espaços verdes. Ademais, houve alunos que não demonstraram qualquer opinião própria, apenas concordaram com o que já tinha sido falado pelos colegas (mesmo com a nossa insistência para que exprimissem as suas ideias).

No final, houve ainda tempo para preencherem uma ficha de autoavaliação, onde foi possível reunir algumas ideias, que apresentaremos mais à frente. O preenchimento da ficha permitiu confirmar ainda que os alunos têm plena noção do trabalho que desenvolveram, de como agem na sala de aula e do que poderia ter corrido melhor. Para terminar entregámos um certificado de participação a cada um, de maneira a parabenizar o trabalho e interesse demonstrados.

De uma maneira geral, o estudo apresenta resultados que comprovam as potencialidades da Cidadania e Política no 1º CEB. Uma escola que inclua momentos que promovam a participação e o pensamento crítico aliados a metodologias e estratégias diferenciadoras, propicia uma visão mais ampla, informada de si próprio e de tudo ao seu redor. Tendo em conta o mencionado, a investigação permitiu apurar os seguintes factos:

Gostei de participar neste projeto?

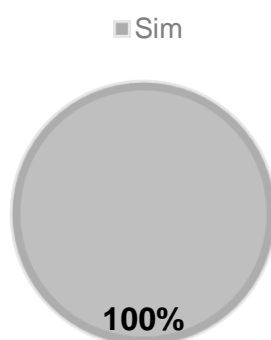


Gráfico 2 – Gosto em participar no Projeto

Toda a turma gostou de participar neste Projeto. Na justificação, os alunos referiram que gostaram muito de realizar atividades diferentes daquelas que



normalmente aconteciam na sala de aula. Elogiaram também o mural, referindo que foi muito divertido realizá-lo, aliando assim as Artes à aprendizagem sobre o texto constitucional. Gostaram também de descobrir mais sobre o passado de Portugal. Além disso, outros alunos referiram a oportunidade de terem trabalhado em grupo e privilegiaram a troca de ideias que ocorreu.

### Gostava de realizar este tipo de trabalho mais vezes?

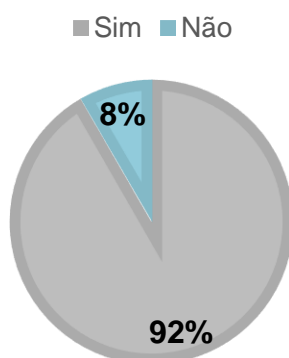


Gráfico 3 – Interesse neste Projeto e em voltar a participar

Grande parte da turma (92%) revelou interesse neste projeto, bem como em voltar a realizar algo parecido. Referiram que não tinham noção de alguns dos assuntos que foram abordados ao longo da semana e que desconheciam que podia ser tão interessante falar sobre os direitos e deveres que temos enquanto cidadãos.

### Gostei de trabalhar em grupo ?

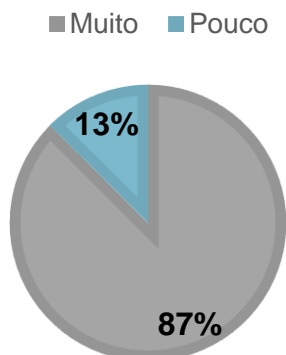


Gráfico 4 – Gosto em trabalhar em grupo

No que concerne a trabalhar em conjunto com os colegas, a maioria (87%) disse que gostou, no entanto, houve alguns alunos que não acharam o mesmo. Consideram que é difícil, existe muita desorganização e confusão.



Gráfico 5 – Opinião dos alunos sobre o facto da escola trabalhar questões políticas

Relativamente à questão final, a grande maioria dos alunos (87,5 %) considera importante a escola promover a discussão sobre questões políticas. Para os alunos é relevante estarem informados, discutirem pontos de vista e serem adultos conscientes sobre a realidade que irão encontrar, nunca esquecendo o passado do País. Sublinhe-se a este propósito que, tal como referimos na caracterização da turma, no início deste relatório, estes alunos provêm de famílias em que os encarregados de educação apresentam como habilitações cursos superiores. Embora a abordagem de uma forma sistemática como a que fizemos tenha constituído uma novidade, permitindo-lhes refletir e adquirir novos conhecimentos, o assunto Constituição Portuguesa não lhes era completamente desconhecido, tendo inclusivamente uma das alunas referido que a tinha em sua casa.

Além destes aspetos que conseguimos representar graficamente também é possível constatar que todos os alunos compreenderam o que é a Constituição Portuguesa, em torno da qual o projeto foi construído, bem como a sua importância. Ademais sentiram o nosso apoio e esclarecimento sempre que tiveram dúvidas e

souberam referir tudo o que correu bem (pesquisa, atenção e interesse nas aulas) e pior (construção do mural e desorganização de trabalhar com colegas).

Como já mencionámos, os objetivos definidos foram atingidos, mostrando assim que é possível trabalhar sobre a Democracia no 1º CEB, cabendo aos professores estimular os seus alunos para questões políticas e de cidadania. Associado a isto é muito importante utilizar metodologias e estratégias adequadas a cada grupo. Com este cuidado e atenção os alunos não só correspondem às nossas expectativas como ainda as superam.

## Considerações Finais

Educar verdadeiramente não é ensinar factos novos ou enumerar fórmulas prontas, mas sim preparar a mente para pensar (Albert Einstein, 1929).

Ao longo deste trabalho de dois anos, propusemo-nos realizar este desafio. Fazemos agora uma reflexão do caminho percorrido. Motivos pessoais fizeram-nos escolher este objeto de estudo, tais como: o gosto de ouvir debates; o interesse em exercer uma cidadania correta e ativa; alguma preocupação com as futuras gerações que assistem, diariamente e muitas vezes acriticamente, a informações válidas e não válidas; o crescimento de partidos extremistas; e a reduzida predisposição dos professores para trabalhar com os seus alunos mais novos a oratória, o direito de voto e a literacia política.

O caminho que seguimos foi o de, num primeiro momento, conhecermos todos os documentos oficiais e bibliografia que fundamentassem o nosso conhecimento em torno desta temática. A dificuldade em encontrar informação atualizada e o reduzido número de estudos realizados em Portugal foi o nosso primeiro dado de investigação, que nos permitiu confirmar o que sentíamos – nas escolas portuguesa de 1º CEB não se tem conseguido criar espaço para trabalhar a Política com os mais novos. Logo depois, definimos o quadro metodológico e a organização do nosso estudo. Seguidamente, construímos o nosso projeto, com todos os constrangimentos que nos foram sendo colocados. Nesta fase, sobretudo devido à pandemia que estamos a viver, foi muito angustiante lidar com a incerteza, a ansiedade e os receios de que todo o trabalho tivesse de ser alterado e o principal objetivo não fosse alcançado. Contudo, com os ajustamentos necessários, foi possível concretizar a implementação do projeto delineado, após o qual reunimos e organizámos todos os dados para os analisar e chegar às conclusões que agora apresentamos.

Com esta investigação, foi nossa pretensão mostrar que as questões de Cidadania e da Política têm um papel significativo nas aprendizagens e no desenvolvimento de competências dos alunos. Assim sendo, se o professor tornar a sala de aula num espaço de debate e de pensamento, recorrendo a estratégias inovadoras, os alunos beneficiarão de um estilo de ensino mais produtivo e eficaz.

Atendendo à temática, consideramos que a implementação do projeto confirmou que há uma relação positiva entre a área da Cidadania e da Política com as crianças. E que além de lhes ter permitido adquirir novas aprendizagens, a participação no projeto contribuiu para o desenvolvimento pessoal de cada um dos alunos envolvidos. O balanço desta investigação é muito positivo tanto a nível académico como pessoal.

Verificámos, ainda, com a implementação deste projeto, a exequibilidade e o proveito que traz para a sala de aula a abordagem interdisciplinar, pois esta não só responde aos interesses e gosto das crianças como é uma estratégia inclusiva e reguladora de aprendizagens.

Por sua vez, a utilização da estratégia *Commission Model* foi vital para os resultados obtidos, contribuindo para uma maior motivação dos alunos. Todas as atividades planeadas foram executadas, cumpriram todos os objetivos e intenções pedagógicas pensadas, tendo em conta os intervenientes, o contexto e a situação pandémica.

Com este estudo, pudemos concluir que os alunos de 1ºCEB com os quais trabalhamos foram não só capazes de participar num projeto centrado em questões de Cidadania e Política, devidamente preparado e adequado ao grupo etário escolhido, como também, como se mostraram muito interessados e motivados. Contrariamente ao que se possa pensar, as crianças têm curiosidade em aprofundar assuntos da história nacional, como o caso do 25 de Abril, sobre o qual frequentemente ouvem falar, e, quando têm oportunidade para o fazer, mostram interesse em levantar questões sobre a atualidade.

Durante a implementação do projeto em sala de aula, foi curioso observar a desmitificação de algumas noções pré-estabelecidas dos alunos, a forma como se organizaram para trabalhar em grupo, como argumentaram e escutaram opiniões, a visão que têm do mundo e da sua organização. Acreditamos que se fosse feito o mesmo estudo numa outra escola pública (mais desfavorecida) ou privada, com alguns ajustamentos ao nível da linguagem e/ou exemplos escolhidos, os resultados seriam bastante semelhantes. Esse será certamente um desafio para implementarmos num tempo próximo

Ademais, os resultados desta investigação permitiram-nos verificar que ainda há muito trabalho a fazer no âmbito da cooperação e dinâmicas em grupos, pois verificou-se em alguns alunos: competição, pouca liderança partilhada e pouca entreatajuda.

De forma a dar continuidade a este estudo era interessante se tivéssemos envolvido mais a comunidade escolar (outras turmas) e até mesmo os Encarregados de Educação. Assim era possível promover mais a troca de ideias, realizar um Projeto de maior dimensão e com mais resultados. A pandemia não nos permitiu e tivemos que ajustar os nossos objetivos ao que, realmente, podíamos fazer.

Enquanto futuros professores é necessário “um investimento sistemático na reconstrução da visão de educação que orienta a ação educativa e na problematização dos contextos de ação/reflexão profissional” (Gonçalves, 2015, p. 43). Para isso e tal como já enunciámos, é necessário, que os professores se mantenham atentos e tragam a contemporaneidade através dos temas que marcam a nossa atualidade para o centro da sala de aula e que avaliem as suas intervenções, aplicando metodologias diferenciadoras, respondendo às questões lançadas pelos seus alunos e incentivando a descoberta e curiosidade, de forma estruturada e harmoniosa.

Por se tratar de uma profissão que inspira e influencia as novas gerações, é importante dar oportunidade às crianças de aprenderem a expressarem as suas opiniões, gerindo ao longo do tempo os pequenos conflitos e desenvolverem em conjunto uma Cidadania justa, igualitária e acessível a todos. Alunos com pensamento crítico e respeitadores serão adultos informados, conscientes e sensatos.

## **Referências bibliográficas**

### **DOCUMENTOS OFICIAIS**

Ministério da Educação. (2018). *Aprendizagens Essenciais- 1ºciclo do Ensino Básico do Estudo do Meio*. Lisboa: Ministério da Educação

Ministério da Educação. (2018). *Cidadania e Desenvolvimento*. Lisboa: Ministério da Educação

Ministério da Educação. (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Lisboa: Ministério da Educação

Ministério da Educação. (2004). *Organização Curricular e Programas: Ensino Básico – 1.º Ciclo (4.ª edição revista)*. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento da Educação Básica.

Ministério da Educação. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação

Ministério da Educação. (2016). *Referencial para a Dimensão Europeia da Educação*. Lisboa: Ministério da Educação

### **DOCUMENTOS CONSULTADOS**

Projeto Educativo da instituição do 1º CEB

Regulamento Interno do Agrupamento, julho de 2016

### **LEGISLAÇÃO**

Decreto lei nº 6/2001 de 18 de janeiro. Diário da República nº 15/2001- I Série A. Lisboa: Ministério da Educação.

Decreto-lei n.º 91/2013 de 10 de julho. Diário da República n.º 131/2013- I Série. Lisboa: Ministério da Educação.

Lei de Bases do Sistema Educativo nº 46/86 de 14 de outubro. Diário da República, 1ª série- nº237. Lisboa: Assembleia da República.

## **BILIOGRAFIA**

Almeida, J. e Pinto, J. (1990). *A investigação nas ciências sociais*. Lisboa: Presença.

Alves, M. & Azevedo, N. (2010). *Investigar em educação, desafios da construção de conhecimento e da formação de investigadores num campo multi-referenciado*. Disponível em [https://run.unl.pt/bitstream/10362/5287/1/V%C3%A1rios\\_2010.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/5287/1/V%C3%A1rios_2010.pdf)

Barbosa, M. (2007). *Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas*. Educação & Sociedade vol.28, n.100, pp.1059-1083.

Bell, J. (2004). *Como realizar um projeto de investigação (3ª edição)*. Lisboa: Gradiva

Bento, A. (2012). *Investigação quantitativa e qualitativa: dicotomia ou complementaridade?* Madeira: Centro de Investigação em Educação- Universidade da Madeira

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora

Bettencourt, J. M. (2015). *Jovens e a Política*. Lisboa: Chiado Editora

Brisotto, T. (2010). *Aprender a participar? E os efeitos da disciplina de Ciência Política*. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política) Aveiro: Universidade de Aveiro

Caetano, A. P. (2007). *Complexidade e mediação socioeducativa nas assembleias de turma*. Lisboa: Universidade de Lisboa- Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação



Cardoso, A. P. (2014). *Inovar com a Investigação-Ação - Desafios Para a Formação de Professores*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Cardoso, J. (2013). *O professor do futuro*. Lisboa: Guerra e Paz.

Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação- Guia para Autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta

Correia, M. (2009). *A observação participante enquanto técnica de investigação*. Lisboa: ESEL - Escola Superior de Enfermagem de Lisboa

Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J. & Vieira, S. (2009).

Investigação-ação: Metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia Educação e Cultura*, disponível em

[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10148/1/Investiga%  
o\\_Ac%  
o\\_Metodologias.PDF](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10148/1/Investiga%c3%a7%c3%a3o_Ac%c3%a7%c3%a3o_Metodologias.PDF)

Cruz, Manuel (1998). *Democracia e cidadania: o papel dos valores. Valores e Educação numa sociedade de mudança*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Duarte, P. & Moreira, A. I. (2019). A planificação como dimensão da ação docente: especificidades na formação de professores de história. In C. Leite (coord.), P. Fernandes (coord.), A. Monteiro, C. Figueiredo, F. Sousa-Pereira & M. Pinto (Eds.), *Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas (CAFTe): II Seminário Internacional*. (pp. 173-186). Porto: Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) : Universidade do Porto

Elliott, J. (1991). *Action research for educational change*. Buckingham: Open University Press.

Ferreira, J. S. & Estevão, C. V. (2003). *A construção de uma escola cidadã: público e privado em educação*. Braga: Externato Infante D. Henrique.

Figueiredo, C., C. (2002). *Horizontes da educação para a cidadania na educação básica. Em Novas áreas curriculares*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica.

Gaitán, L. (2014). *De “menores” a protagonistas: los derechos de los niños en el trabajo social (Vol. 4)*. Barcelona: Libros A Punto.

Gonçalves, D. (2015). *Competências profissionais e desenvolvimento docente*. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

Langlois, D. (1998). *A Política explicada às crianças...e aos outros*. Lisboa: Terramar

Lansdown, G. (2010). *The realisation of children’s participation rights. In B. Percy-Smith & N. Thomas (Eds.), A handbook of children and young people’s participation*. New York: Routledge.

Leite, C.& Rodrigues, M. L. (2001). *Jogos e contos numa Educação para a Cidadania*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional

Lima, J. & Pacheco, J. (2006). *Fazer Investigação: Contributos para a elaboração de dissertações de tese*. Porto: Porto Editora

Letria, J. J. (2000). *A Cidadania Explicada aos Jovens...e aos outros*. Lisboa: Terramar

Marques, E. (2015). *Do pensar ao agir: fundamentos para um projeto de educação para a cidadania global no ensino secundário*. (Dissertação de Mestrado em Educação). Lisboa: Universidade de Lisboa- Instituto de Educação

Máximo-Esteves, L. (2008). *Visão Panorâmica da Investigação-Ação*. Porto: Porto Editora

Moreira, C. D. (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: ISCSP

Moreira, C. (2015). *Ciência Política -12º ano manual*. Porto: Porto Editora

Morgado, J. (2012). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação*. Santo Tirso: De Facto.

Pardal, L. & Lopes, E. S. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores

Pimenta, S. & Franco, M.A. (2008). *Pesquisa em Educação- Possibilidades investigativas/ formativas da pesquisa-ação*. São Paulo: Edições Loyola

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Qvortrup, J. (2010). *Infância e Política*. Trondheim: Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia

Qvortrup, J. (2011). *Nove teses sobre a 'infância como um fenómeno social*. Trad. Maria Letícia Nascimento. Campinas Pro-Posições, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211

Roldão, M. C. (1995). *O Estudo do Meio no 1º Ciclo – Fundamentos e Estratégias*. Lisboa: Texto Editora.

Sampaio, J. (2009). *O meu livro de Política*. Alfragide: Texto Editores

Sanches, I (2005). *Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da Investigação-ação à educação inclusiva*. Lisboa: Revista de Educação, pp. 127-142.

Santos, M. (2005). *A escola e a aprendizagem da democracia*. Lisboa: Edições Asa

Santos, V., Amaral, L., & Mamede, H. (2013). *Utilização do método Investigação-Ação na investigação em Criatividade no planeamento de Sistemas de Informação*. Braga: Universidade do Minho

Sarmiento, M, Tomás, C & Soares, N. (2004). *Globalização, Educação e (Re) Institucionalização da Infância Contemporânea*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Soares, J. V. (2003). *Como abordar...a Cidadania na Escola*. Porto: Areal Editores

Tironi, S. (2016). *Criança, participação política e reconhecimento*. *Direito & Praxis-Revista*, 8, 2146-2172, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n3/2179-8966-rdp-8-3-2146.pdf>

Trevisan, G. (2012). *Cidadania infantil e participação política das crianças: interrogações a partir dos Estudos da Infância*. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

Vale, I. (2000). *Didática da Matemática e Formação inicial de professores num contexto de resolução de problemas e materiais manipuláveis*. Aveiro: Universidade de Aveiro

Vilela, G. (2009). *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba

## **SITOGRAFIA**

United Nations Children's Fund. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*.

Consultado em 4/5/2020, disponível em

[https://www.unicef.pt/media/2766/unicef\\_convenc-a-o\\_dos\\_direitos\\_da\\_crianca.pdf](https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf)

Mantle network (2020). *Commission Model*. Consultado em 18/6/2021, disponível em

<https://pt.mantlennetwork.com/commission-model>

Direção Geral de Educação. (2018). *História, Culturas e Democracia*. Consultado a

6/7/2020, disponível em <https://www.dge.mec.pt/noticias/historia-culturas-e-democracia>

# Apêndices

Apêndice I- Grelha de observação da 1<sup>o</sup> sessão

Nº dos alunos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>Demonstra interesse e empenho</b>												
<b>Participa de forma adequada e pertinente</b>												
<b>Interpreta os conteúdos abordados</b>												

**Legenda:**

**Nível 1-** Pouco **Nível 2-** Razoável **Nível 3 –** Bom **Nível 4-** Muito Bom

Apêndice II- Notas de campo

<b>Nota de campo nº1, no dia 5 de abril de 2021</b>	<b>Análise</b>
F. (9 anos): <i>Eu acho que o 25 de Abril foi os aliados a derrotar a França e Alemanha com os Estados Unidos</i>	A elaboração do desenho sobre o 25 de abril, permitiu-nos perceber quais as noções que as crianças tinham sobre este acontecimento. No caso deste aluno é evidente que demonstra algumas noções históricas, nomeadamente da 1 <sup>o</sup> Guerra Mundial, ligando assim à Revolução.

<b>Nota de campo nº2, no dia 5 de abril de 2021</b>	<b>Análise</b>
<p>T. (8 anos): <i>Eu acho que o 25 de Abril foi um país qualquer a querer ficar independente</i></p> <p>I. (9 anos): <i>Sim eu acho que até deu nas notícias. Eles queriam ser libertados tinham lá guerra</i></p>	<p>No caso do T. acha que se trata de um acontecimento internacional, estabelecendo um diálogo com a I. que também concorda.</p>

<b>Nota de campo nº3, no dia 5 de abril de 2021</b>	<b>Análise</b>
<p>L. (9 anos): <i>Eu não sei o que foi o 25 de abril, mas acho que tem a ver com flores vermelhas, tipo rosas, eu já vi pessoas com elas na mão. Se calhar era por ser Primavera.</i></p>	<p>A T. associa à Revolução os cravos vermelhos, não se recorda o porquê, mas lembra-se de ter visto pessoas com essas flores nas mãos.</p>

<b>Nota de campo nº4, no dia 7 de abril de 2021</b>	<b>Análise</b>
<p>D. (8 anos): <i>Estes direitos que estamos a ler (na constituição) também estão nos Direitos para as Crianças eu lembro-me deste.</i></p> <p>S. (8 anos): <i>Sim este de brincar eu lembro-me. Este todos gostamos</i></p>	<p>Alunos foram capazes relacionar os estes documentos oficiais.</p>

Apêndice III- Grelha de observação da 2ª sessão

Nº dos alunos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Revela capacidade de pesquisa e recolher informação.												
Fala com clareza e articula de modo adequado as palavras.												
Revela capacidade de sintetizar o mais importante												

**Legenda:**

**Nível 1-** Pouco **Nível 2-** Razoável **Nível 3 –** Bom **Nível 4-** Muito Bom



#### Apêndice IV- Reflexão da professora-estagiária sobre a 3ª sessão

Com a presente reflexão pretendo, primeiramente mostrar como está a decorrer a implementação deste projeto e por fim, saliento os pontos que devo melhorar e apresento algumas dificuldades sentidas durante a sessão.

Hoje, é o terceiro dia que estou a dinamizar as atividades planeadas com o 3º B. Até ao momento, o grupo de alunos, está a superar as minhas expectativas. No início estava muito receosa, porque não conhecia a turma e tinha medo de que não se interessassem pelo tema. Posso já afirmar que com apenas três dias, trata-se de um grupo bastante heterogéneo, muito participativo, empenhado e curioso. Tem sobrado tempo para falar e perceber as dúvidas das crianças e para explorar bem o livro.

Nesta terceira sessão, implementei uma estratégia diferenciadora-Commission Model, e correu muito bem, penso que consegui envolver os alunos, utilizando o jogo dramático, preendi as suas atenções com a minha voz e era nítido nos seus olhos o orgulho e entusiasmo, por serem a turma escolhida pela ESEPF. Esta estratégia tem bastantes características que é necessário desde logo clarificar, como a de entregar responsabilidades nos alunos. É a minha maior dificuldade pois o meu instinto é o de socorrer e intervir sempre que “necessário”, no entanto para podermos apelidar de Commission, é preciso dar liberdade e simplesmente orientar, sem impor nada nem restringir.

Repensando no decorrer desta semana sinto que outra dificuldade é a de conseguir chegar a todos os alunos. Existem crianças que faltam bastante e no caso de duas que estão muitas vezes distraídas e raramente participam. Este é ponto principal que quero melhorar, irei tentar dar mais voz e atenção a estes alunos, de maneira a conseguir mais interesse e curiosidade nas aulas que faltam. Outra estratégia é falar mais perto dos seus lugares, para que sintam a minha presença.

Apêndice V- Grelha de observação da 4º sessão

Nº dos alunos	4	8	10	12	14	16	18	20	22	24
Revela capacidade de trabalhar em grupo.										
Experimenta possibilidades expressivas (pintura)										
Demonstra espírito crítico e levanta hipóteses.										

**Legenda:**

Nível 1- Pouco    Nível 2- Razoável    Nível 3 – Bom    Nível 4- Muito Bom

Apêndice VI- Grelha de observação da 5º sessão

Nº dos alunos	1	3	5	7	9	11	13	15	17	19	21	23
Revela Capacidade de argumentação e contra-argumentação.												
Expressa-se de forma clara e articulada												

**Legenda:**

Nível 1- Pouco    Nível 2- Razoável    Nível 3 – Bom    Nível 4- Muito Bom

## Apêndice VII- Carta para os alunos



**PAULA FRASSINETTI**  
Escola Superior de Educação

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti  
R. de Gil Vicente 138 142,  
4000-225 Porto

Porto, 7 de abril de 2021

Assunto: Encomenda de mural  
Exmos. Alunos

A Escola Superior de Educação Paula Frassinetti tem como missão a formação de educadores e professores. Soubemos que os alunos desta turma estiveram a estudar a Constituição portuguesa.

Dado o interesse do vosso estudo, vimos pedir-vos que construam um mural a colocar numa parede da vossa escola que permita divulgar a todos os alunos e professores a temática que estão a trabalhar. Acreditamos que o vosso grupo contém todas as capacidades, conhecimentos e criatividade pretendida. Confiamos que, com todas as vossas ideias, o mural consiga corresponder ao que pretendemos. Utilizem as técnicas de expressão que considerarem mais adequadas. Será necessário, ainda, que escolham o local onde o mural será exposto.

Com os melhores cumprimentos,

Pela Direção da ESEPF

## Questionário de autoavaliação

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Turma: 3<sup>o</sup> B

Este questionário diz respeito ao projeto *Política de palmo e meio* que foi realizado ao longo desta semana. É importante que respostas de forma consciente! A tua opinião será fundamental!

**1. Gostei de participar neste projeto?**

Sim	
-----	--

Não	
-----	--

**Porque:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**2. Aprendi com este projeto?**

Muito	
-------	--

Pouco	
-------	--

Nada	
------	--

**Porque:** \_\_\_\_\_

**3. Assinala com um X a opção que melhor corresponde ao teu desempenho.**

	SIM	ÀS VEZES	NÃO
Pesquisei e selecionei informação, recorrendo também às novas tecnologias;			
Realizei trabalho autónomo e em grupo;			
Fui responsável na realização das tarefas;			
Expus corretamente as minhas ideias;			
Ouvi e respeitei as opiniões e pontos de vista dos meus colegas;			
Cooperei com os colegas na elaboração de trabalhos;			
Respeitei normas e valores dentro e fora da sala de aula;			

**PROJETO POLÍTICA DE PALMO E MEIO**

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Turma: 3<sup>o</sup> B

Este questionário diz respeito ao projeto *Política de palmo e meio* que foi realizado ao longo desta semana. É importante que respondas de forma consciente! A tua opinião será fundamental!

**1. Fiquei esclarecido, desde o início, sobre o que era para fazer.**

Muito		Pouco		Nada	
-------	--	-------	--	------	--

**2. Tive apoio da professora para a realização das tarefas.**

Muito		Pouco		Nada	
-------	--	-------	--	------	--

**3. Foi produtivo e bom trabalhar em grupo.**

Muito		Pouco		Nada	
-------	--	-------	--	------	--

Porque: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**4. Gostava de realizar este tipo de trabalho mais vezes.**

Sim		Não	
-----	--	-----	--

Porque: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5. Indica aspetos que correram bem.**

\_\_\_\_\_

**6. Indica aspetos que correram menos bem.**

\_\_\_\_\_

### 7. O que é então para ti a Constituição da República Portuguesa?

- A Constituição de um país é a lei fundamental. Um texto escrito onde constam leis e princípios gerais.

- A Constituição é um documento recente que só tem deveres.

- A Constituição não é importante é uma revista.

### 8. Achas que na escola, as questões políticas deviam ser trabalhadas e discutidas? Assinala com um X, a(s) tuas opiniões.

- Sim, para estarmos informados.

- Sim, para debatermos ideias.

- Sim, para no futuro sabermos como podemos votar com consciência.

- Não, as crianças nunca vão perceber nada.

- Não, há coisas mais importantes.

- Não, prefiro fazer outras coisas.

Obrigada pela tua ajuda e participação!



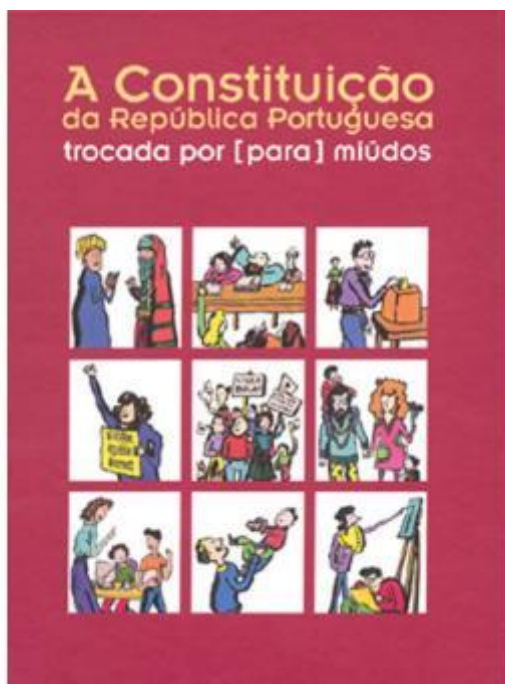
Apêndice X- Diploma de participação



# Anexos



Anexo I- Livro *A Constituição da República Portuguesa trocada por (para) miúdos*



**Título:** *A Constituição da República Portuguesa trocada por (para) miúdos*

**Autor:** Leonor Baeta Neves

**Editor:** Ministério da Educação

**Data:** 2001